

José Alcides Figueiredo Santos

Estrutura de Posições de Classe no Brasil
Mapeamento, mudanças e efeitos na renda

Belo Horizonte
Editora UFMG

Rio de Janeiro
IUPERJ

2002

Capítulo I - O esquema de classes neomarxista de Erik Olin Wright

A análise de classes representa para Erik Olin Wright a agenda central da sociologia marxista e do seu projeto de reconstrução da tradição marxista de ciência social. Desenvolve-se aqui um quadro abrangente do esquema de classes neomarxista que orientou um esforço coletivo de pesquisa de âmbito internacional realizado nas últimas duas décadas do século XX.¹ A exposição realizada destaca a relevância do entendimento e apresenta um apanhado das ponderações críticas de natureza teórica e metodológica que recaem sobre essa abordagem.

Erik Wright vem empreendendo um esforço contínuo para desenvolver um esquema de classes capaz de mapear as constâncias e as variações nas estruturas de classes das sociedades capitalistas. A formação do pensamento do autor deu-se em contraponto às insuficiências do pensamento marxista contemporâneo para interpretar, notadamente, a emergência de posições referidas como de “classe média” dentro da estrutura de classes. A biografia do conceito-chave de “localizações contraditórias de classe” vinculou-se, igualmente, ao esforço empreendido de construção de uma tipologia de classes aplicável à pesquisa empírica.

A polêmica sobre a "classe média" e o primeiro mapa de classes de Wright

Quatro estratégias analíticas gerais foram desenvolvidas no âmbito do marxismo até o final da década de 1970, enfocando a problemática das situações de "classe média" na estrutura de classes. Uma primeira estratégia colocava quase todas essas posições na classe trabalhadora; a segunda alternativa optava por agrupar várias categorias de assalariados não proletários sob a denominação de "nova pequena burguesia"; outra opção fixava os segmentos de assalariados situados fora da classe trabalhadora numa nova classe denominada "Classe Profissional e Gerencial"; a quarta estratégia interpretava essas posições não polares como representativas de "localizações contraditórias dentro das relações de classe". Wright fez a defesa de uma versão estrutural dessa última, procedendo a uma análise de três dimensões inter-relacionadas da dominação e subordinação dentro da produção, envolvendo o capital monetário, considerado em termos do fluxo de investimentos dentro da produção e da direção do processo de acumulação no seu conjunto; o capital físico, ou seja, os meios de produção efetivos dentro do processo de produção; e o trabalho, envolvendo as atividades transformativas dos produtores diretos dentro da produção. A relação de classe fundamental entre trabalho e capital foi pensada como polarizada e antagonica ao longo dessas três dimensões. A não-correspondência entre as três dimensões gera, justamente, as "localizações contraditórias dentro das relações de classe": gerentes e supervisores ocupam localização contraditória entre a classe trabalhadora e a classe capitalista; pequenos empregadores, entre a pequena burguesia e a classe capitalista propriamente dita; empregados semi-autônomos, entre a pequena burguesia e a classe trabalhadora. Trata-se de localizações contraditórias porque elas compartilham, simultaneamente, características relacionais de duas classes distintas.² Utilizando esse esquema teórico, Wright encabeçou a primeira investigação sistemática da

estrutura de classes norte-americana baseada em dados colhidos de uma perspectiva explicitamente marxista.³

As concepções utilizadas no primeiro mapa de classes de Wright, que valorizavam as noções de controle e exploração dentro das relações sociais de produção, foram posteriormente reformuladas. Em uma inflexão autocrítica, sob a inspiração da obra do economista John Roemer, Wright colocou as relações de exploração, em vez das de dominação, no cerne do seu novo mapa de classes.

A obra de John Roemer

Roemer considera que a teoria econômica marxista progressa fracassou em estabelecer com precisão as causas da exploração no capitalismo.⁴ Ele contesta a definição da exploração em termos de apropriação do trabalho excedente e a colocação do processo de trabalho no centro da análise da exploração e das classes. A teoria da exploração do trabalho é considerada incorreta, pois a força de trabalho não é a única mercadoria capaz de produzir mais valor do que incorpora. Roemer contrapõe a essa idéia o teorema da exploração generalizada da mercadoria.⁵

O conceito de exploração surge no enfoque de Roemer "puramente definido em termos de relações de propriedade".⁶ Seu objetivo é formular uma metateoria da exploração aplicável a qualquer modo de produção. Ela é melhor caracterizada em termos da propriedade de recursos produtivos e a sua condição necessária e suficiente é a distribuição desigual desses fatores. A propriedade diferencial dos meios de produção é destacada como a causa principal da exploração capitalista. Uma pessoa ou grupo são explorados se não têm acesso a uma participação justa (equitativa) nos ativos produtivos alienáveis da sociedade. O seu empenho teórico baseado em preocupações

éticas aproxima a noção de exploração de uma teoria da justiça baseada na igualdade de recursos.⁷

Roemer introduz adicionalmente o enfoque da "teoria dos jogos" para comparar diferentes sistemas de exploração. Sugere que um grupo deva ser visto como explorado caso tenha "alguma opção *condicionalmente* factível de acordo com a qual seus membros estariam melhor" — recorre-se a um "jogo de retirada" para definir a exploração.⁸ Seus diferentes tipos são definidos através das regras de retirada que fariam com que os membros de uma coalizão de atores estivessem melhores como resultado da sua retirada da economia.

A adesão à metodologia padrão da economia neoclássica, cujo enfoque requer que os elementos exógenos sejam considerados independentes uns dos outros, de modo que as alterações singulares *ceteris paribus* possam ser estabelecidas e os efeitos causais sobre as variáveis endógenas possam ser isolados, leva Roemer a desconsiderar as interdependências reais entre os fenômenos que emergem nas configurações históricas, a exemplo do diagnóstico de Marx de que a introdução de um mercado de trabalho representou um fator de revolucionamento dos processos de produção. A formulação de que a distribuição da propriedade é o fator determinante da exploração capitalista, e não o processo de trabalho capitalista, baseia-se em uma análise em que o processo de trabalho permanece inalterado independente de operar ou não em um modo de produção capitalista.⁹

Ao colocar o conceito de exploração no centro da análise de classe, Wright acolheu a idéia de que a exploração material é determinada pelas desigualdades na distribuição dos ativos produtivos. Entretanto, diferenciando-se de Roemer, defendeu a idéia de transferências de trabalho excedente que são explicadas pelas desigualdades de ativos.¹⁰ Wright aproximou-se de uma estratégia referida muitas vezes como uma abordagem de direitos de propriedade acerca da exploração, mas considera que o seu enfoque da questão no presente difere significativamente daquele preconizado então por Roemer.

O conceito de classe

Na tradição marxista o conceito de classe apresenta certas propriedades essenciais. Trata-se de um conceito relacional, pois as classes são sempre definidas no âmbito das relações sociais, em particular nas relações das classes entre si; e também são antagônicas, pois geram intrinsecamente interesses opostos. As relações de exploração, ou seja, o vínculo causal entre o bem-estar de uma classe e a privação de outra, dão um caráter "objetivo" a esse antagonismo. A base fundamental da exploração, por sua vez, encontra-se nas relações sociais de produção. O conceito de classe deve abarcar apenas a exploração enraizada nas relações de produção e não todas as relações sociais possíveis nas quais ocorre exploração. A exploração baseada na produção deve ser considerada uma categoria distinta da não produtiva, por causa do tipo específico de interdependência que se cria entre explorado e explorador. Outros mecanismos são essencialmente redistributivos do excedente criado dentro de determinadas relações de propriedade.

Classes dizem respeito a localizações estáveis e estruturalmente determinadas na esfera das relações sociais de produção; definem-se em termos de relações de propriedade, ou seja, dos ativos produtivos controlados, e formam categorias de atores sociais caracterizados pelas relações de propriedade que geram exploração. De modo geral, pode-se especificar uma série de tipos de relações levando-se em conta os recursos produtivos que fornecem a base para a exploração. Classes definem-se em termos de um mapa estrutural de *interesses materiais* comuns baseados na exploração. Devido aos tipos específicos de ativos que controlam, as pessoas de uma determinada classe "enfrentam objetivamente as mesmas amplas estruturas de escolhas e tarefas estratégicas quando procuram melhorar seu bem-estar econômico".¹¹ Interesses de classe comuns significa compartilhar das mesmas estratégias otimizadoras materiais.

Wright vem reconsiderando mais recentemente o papel da dominação na constituição das relações de classe. No seu livro *Classes*, em que desenvolveu o conceito de classe baseado na conexão ativo-exploração, nem por isso deixou de sustentar a idéia de que "dominação sem apropriação e apropriação sem dominação não constituem relações de classe".¹² Segundo ele, classe é um conceito intrinsecamente político, já que requer relações de dominação. Direitos de propriedade devem implicar dominação sobre a atividade dos trabalhadores diretamente dentro da própria organização social da produção. Dominação sem apropriação e apropriação sem produção são estruturas não reprodutivas das relações sociais de produção. As relações de classe são a unidade das relações de apropriação e dominação.¹³

Na visão de Wright, classe não representa a causa "mais importante" de *qualquer* fenômeno social. Em uma demonstração disso, vale citar que estudos comparativos internacionais sobre as diferenças de gênero, em termos de autoridade no local de trabalho e de divisão do trabalho no lar, levaram o autor a reconhecer a tese feminista de que as relações de gênero são bastante autônomas das relações de classe.¹⁴

A noção de exploração

Em contraponto a Roemer, Wright estabelece uma distinção entre opressão econômica e exploração. Na opressão econômica, o bem-estar da classe opressora decorre da privação material do oprimido e, ligado a isso, da sua capacidade de proteger seus próprios direitos de propriedade e excluir o oprimido do acesso aos recursos produtivos. No caso da exploração, vigora adicionalmente o princípio de apropriação, pois o bem-estar material e o poder econômico do explorador dependem causalmente da sua capacidade de apropriar-se dos frutos do trabalho do explorado, o que equivale a

uma transferência de excedente de uma classe para outra.¹⁵ O explorador depende, desse modo, não meramente da privação do explorado, mas ele tem também interesse na atividade produtiva e no esforço do explorado. Essa combinação peculiar de antagonismo de interesses e interdependência dá à exploração o seu caráter distintivo. A exploração define um conjunto de mecanismos que ajuda a explicar tanto a distribuição do bem-estar econômico quanto a distribuição do poder econômico.

O nexó ativo/exploração depende, em cada caso, da capacidade de o controlador do ativo privar os outros do acesso a este. As bases materiais da exploração são as desigualdades na distribuição dos ativos produtivos, ou o que é usualmente referido como relações de propriedade. As desigualdades de ativos são suficientes para dar conta das transferências de trabalho excedente. As formas variáveis de desigualdade de ativos especificam diferentes sistemas de exploração. Nesse sentido, a exploração radica no controle ou propriedade de elementos das forças produtivas, isto é, de vários tipos de fatores (inputs) usados na produção. Ativos produtivos são fatores ou recursos produtivos geradores de renda. A exploração, conceito gerador de interesses, define a relação social dentro da qual um grupo se beneficia materialmente a expensas de outro. A exploração é explicativa não apenas porque redonda em desigualdades, mas também por causa dos modos através dos quais intenta mapear interdependências de interesses antagonísticos.

Wright aponta as vantagens do conceito de classe centrado na exploração. A abordagem do problema dos interesses objetivos de classe fica mais clara, pois essa noção adquire um conteúdo mais materialista e histórico ao vincular-se à propriedade efetiva de elementos das forças produtivas, cujo desenvolvimento imprime aos sistemas de classe a sua trajetória histórica. As diferenças qualitativas entre os tipos de estruturas de classes ficam melhor demarcadas. As classes médias são caracterizadas pelos mesmos critérios de base que definem as classes fundamentais.¹⁶ A exploração, por fim, representa um dos mecanismos centrais por meio dos quais a estrutura de classes explica o conflito de classes.

Ainda que as diversas dimensões da desigualdade social não possam ser reduzidas à desigualdade de classe, a premissa subjacente à análise marxista é a de que as relações de classe jogam um papel decisivo na moldagem das outras formas de desigualdade. De modo específico, as relações de classe organizam a estrutura da desigualdade de renda no sentido de que as posições de classe moldam os modos como outras causas influenciam a renda. Uma investigação empírica do autor sobre a realidade norte-americana demonstra que, no tocante às diferenças raciais no processo de determinação da renda, as relações de classe não podem ser excluídas da análise, sob pena de ocorrerem graves distorções nos resultados.¹⁷ Da mesma forma, a posição de classe afeta o modo e a extensão em que as características de background, como a educação, são transformadas em renda.¹⁸

A sociedade capitalista atual contém, além da exploração capitalista, formas não capitalistas de exploração, estruturalmente subordinadas ao capitalismo, que fornecem as bases materiais para formas secundárias de relações de classe. A noção de múltiplas explorações permite pensar a existência de localizações contraditórias de classe, dentro das relações de exploração, que podem ser simultaneamente exploradoras e exploradas em dimensões diferentes. Por outro lado, há localizações de classe que não são nem exploradoras nem exploradas, isto é, gente que tem precisamente o nível per capita do ativo pertinente. Em seu livro *Classes*, Wright considerou a existência de ativos organizacionais, já que a organização — entendida como “as condições de cooperação coordenada entre produtores em uma complexa divisão do trabalho” — representa um recurso produtivo específico, além de um ativo controlado dentro de uma hierarquia de autoridade.¹⁹ A divisão técnica de trabalho entre produtores é, por si mesma, uma fonte de produtividade. O modo como o processo produtivo é organizado é um recurso produtivo em seus próprios termos. A noção de ativos organizacionais tem uma relação próxima com o problema de autoridade e hierarquia. Autoridade, contudo, não é o próprio ativo, ele é a organização, ou seja, a tomada de decisão coordenadora sobre uma complexa divisão técnica do trabalho. Não resta dúvida, no entanto, que a organização é um ativo

que é controlado através de uma hierarquia de autoridade. O mecanismo gerador da exploração organizacional corresponde ao poder que os gerentes têm dentro da produção, em virtude das suas responsabilidades organizacionais associadas à autonomia e ao poder real na organização social da produção. Este controle econômico efetivo sobre o uso dos ativos organizacionais garante-lhes a percepção de “rendas de lealdade”.²⁰

Na corporação moderna, na prática, o exercício efetivo de controle sobre os ativos organizacionais — sobre a coordenação e integração da divisão do trabalho — está nas mãos dos gerentes. Em termos do nexo exploração/classe, esse controle constitui a base para uma estrutura particular de relações de classe entre gerentes e trabalhadores.²¹ Entretanto, num ensaio publicado na obra coletiva *The debate on classes*, o autor iniciou uma reaproximação, nesse ponto, a idéias subjacentes ao seu primeiro mapa de classes.²² Nos últimos tempos, inclina-se a tratar explicitamente a autoridade como uma dimensão das relações de classe entre os empregados. Gerentes e supervisores exercem um poder delegado da classe capitalista, na medida em que se engajam em práticas de dominação dentro da produção. Essa posição estratégica, particularmente dos gerentes, na organização da produção enseja a exigência de uma porção do excedente social sob a forma de rendimentos relativamente elevados. Entretanto, a posição dos gerentes não decorre apenas das relações de dominação, mas também da ocupação de uma *localização privilegiada de apropriação* [*privileged appropriation location*] dentro das relações de exploração. A solução parece nova e não apenas um retorno a idéias presentes no primeiro mapa de classes, sugerindo que os gerentes estariam em uma espécie de posição de confluência das relações de dominação e exploração.²³

A propriedade de qualificações escassas forma uma outra conexão ativo/exploração. Qualificação e perícia designam um ativo incorporado na força de trabalho que aumenta o seu poder nos mercados e processos de trabalho. Essa força de trabalho “incrementada” é muitas vezes atestada sob a forma de credenciais, mas em algumas circunstâncias, qualificação e perícia podem funcionar

sem essa certificação.²⁴ A exploração baseada em ativos de qualificação pressupõe a restrição da sua oferta, permitindo a transfor-
mação da escassez relativa em rendas elevadas que suplantam o custo
de produção da força de trabalho qualificada. Os talentos naturais
representam um segundo mecanismo por meio do qual o preço da
força de trabalho qualificada pode exceder seu custo de produção.
Os diferenciais de capacidade permitem que as pessoas talentosas
se apropriem de uma renda extra, ao adquirirem habilidades, com
menor esforço e custo. Talentos e credenciais podem ser simples-
mente tratados como um tipo específico de mecanismo para criar
a escassez estável de uma determinada qualificação e apropriação
exploradora. A ênfase em credenciais deve-se ao seu status relati-
vamente claro de "direito de propriedade". Entretanto, uma cre-
dencial formal se torna a base para uma relação de exploração apenas
quando está combinada com um emprego que a requer.²⁵ A explo-
ração, baseada na propriedade de ativos de qualificação, mostra-se
comumente mediada por trocas mercantis e mercados de trabalho
internos. Wright pondera que não é certo que qualificações e cre-
denciais sejam realmente a base para uma relação típica de classe
— em que as classes se definem nas relações entre si — dado o
tipo de relação difusa de dependência existente entre especialistas e
não-especialistas.²⁶

A estrutura de classes

A estrutura de classes refere-se à estrutura de relações sociais
que define um conjunto de posições ocupadas por indivíduos ou
famílias e que determina seus interesses de classe. Ela corresponde a
uma estrutura de "lugares vazios" gerados pelas relações sociais de
produção, que existe independentemente de pessoas específicas que
ocupam posições determinadas. Trata-se, então, de "um conjunto de

posições de classe que existem independentemente das pessoas que o
ocupam, mas que, todavia, determina os interesses de classe dos seus
ocupantes".²⁷ Pesquisa empírica confirma que a estrutura de classes
deve ser pensada como "totalidade" que não é redutível à "soma das
suas partes" (dimensões primárias de propriedade, qualificação e
autoridade), pois há efeitos distintos do conjunto enquanto tal.²⁸
No que diz respeito à estrutura de classes pode-se falar de posições
vazias, população excedente absoluta e ocupantes de posições de
classe.²⁹ As estruturas de classe concretas são vistas como consis-
tindo de diferentes combinações das relações de classe definidas
dentro dos conceitos abstratos da estrutura de classes e designam
mecanismos reais, ou seja, processos geradores de efeitos.³⁰

Classes não podem ser definidas como agrupamentos de ocu-
pações, já que os dois fenômenos possuem diferentes dimensões na
teoria marxista. Enquanto ocupações representam posições definidas
no âmbito das relações técnicas de produção, classes caracterizam-se
pela sua localização dentro das relações sociais de produção. As
firmas capitalistas são os sítios privilegiados das relações sociais de
produção, mas as formações de classe incorporam e transcendem
o espaço da firma. Considerando, conjuntamente, as dimensões
estruturais e processuais, as classes perpassam as organizações ao
incorporarem o "interno" e o "externo".³¹

Em geral, os tratamentos marxistas da estrutura de classes enfa-
tizam um (ou mais de um) destes três tipos de efeitos: interesses
materiais, experiências de vida e capacidades para ação coletiva. Wright
considera que os conceitos concretos da estrutura de classes podem
ser melhor construídos em torno da noção de exploração e interesses
materiais. Este seria o único modo coerente, no entendimento do
autor, de gerar sistematicamente conceitos concretos de estrutura de
classes derivados do conceito abstrato de modo de produção.³² A
estrutura de classes corresponde a um tipo particular de rede com-
plexa de relações sociais que determina o acesso aos recursos produ-
tivos básicos e molda os interesses materiais. Pode ser representada,
adequadamente, como uma matriz *multidimensional* de localizações
determinadas pela distribuição dos ativos geradores de exploração.³³

Essa estrutura de relações sociais gera uma matriz de interesses baseada na exploração. A sociedade capitalista contemporânea assitiu ao desenvolvimento de múltiplas explorações, isto é, diferentes formas de combinação de diferentes mecanismos de exploração.

Apesar de elaborar um esquema de classes de inclinação mais "estruturalista", Wright reconhece os problemas inerentes a uma visão estritamente posicional da estrutura de classes e declara sua preferência por uma abordagem de trajetória. As visões posicionais de estrutura de classes giram em torno de caracterizações essencialmente estáticas da localização das pessoas nas relações de classe. A localização de classe é um determinante básico da matriz de possibilidades objetivas enfrentadas pelos indivíduos, seja no horizonte das alternativas reais que as pessoas consideram ao tomar decisões sobre o que fazer e como fazer, seja no âmbito da trajetória global das possibilidades encaradas durante o ciclo de vida.³⁴ O caráter de uma determinada *posição* deve ser visto em termos probabilísticos. As propriedades relacionais de uma posição de classe determinam as consequências de classe apenas como tendências. O mesmo ocorre com a localização relacional dos ocupantes no decorrer do tempo. Uma explicação plena da estrutura de classes tem que incluir algum tipo de reconhecimento dessas trajetórias probabilísticas. O próprio conceito de interesse, central na interpretação de Wright, implica um horizonte ou dimensão temporal da parte dos atores que partilham esses interesses.³⁵

Em período mais recente, Wright tem problematizado a sua noção de localização de classe. O sentido de ocupar uma localização de classe, no fundo, restringe-se a empregos (*jobs*) e tem uma conotação estática. É preciso conectar a dimensão da estrutura de classes (empregos) a microconceitos que captem o modo de os indivíduos viverem. Wright desenvolveu as noções de localizações de classe *mediatas* e *temporais*.³⁶ A primeira procura captar as demais relações sociais, além do emprego, que ligam os indivíduos à estrutura de classes. Relações com outros membros da família e relações com o Estado criam vínculos indiretos entre o indivíduo e os recursos produtivos. As relações de gênero perpassam a família e formam a

base para a definição da localização de classe mediatas, o que permite, inclusive, dissolver o dualismo classe/gênero.³⁷ A referência a localizações de classe *temporais* reflete o fato de determinados empregos estarem associados a trajetórias de carreira que alteram o vínculo de classe através do tempo. A localização de classe de profissionais, especialistas e outras categorias portadoras de qualificações credenciadas, envolve um movimento no interior das hierarquias gerenciais, a capacidade de capitalizar renda e opções viáveis de auto-emprego secundário ou de tempo integral. Em um plano concreto de análise, a estrutura de classes envolve a totalidade das relações de classe diretas, mediatas e temporais.

Tipologia de classe

Wright elabora uma tipologia básica de classe na sociedade capitalista em função da apropriação diferenciada de ativos em meios de produção, ativos de qualificação e relação com o exercício de dominação dentro da produção (caracterizados antes como ativos organizacionais). A parte crítica da tipologia de localizações de classe encontra-se nas diferenciações entre os não-proprietários dos meios de produção, ou seja, nas divisões internas entre assalariados, atribuídas à operação dos mecanismos de exploração não capitalistas e de dominação dentro da produção, estruturalmente subordinados à exploração baseada nos ativos de meios de produção. A idéia de múltiplas explorações permite pensar a existência de localizações contraditórias de classe, que podem ser simultaneamente exploradas por um mecanismo e exploradoras por outro mecanismo. A distribuição empírica das pessoas dentro das células da tipologia de classe depende dos padrões de distribuição e interdependência dos ativos de exploração e de exercício de dominação dentro da produção. Os conceitos marxistas tradicionais de estrutura de classes são muito

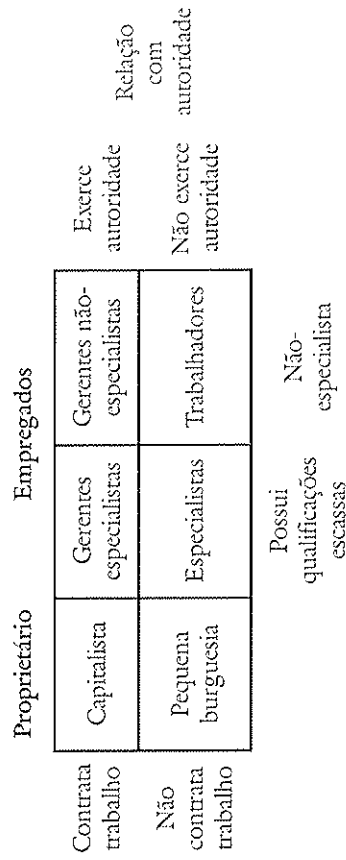
abstratos e "macros" para abordar vários problemas empíricos e, inversamente, não dão conta da necessidade de ligar níveis concreto e micro de análise aos macroconceitos mais abstratos.

Wright faz opção por uma estratégia de análise mais refinada da estrutura de classes e um exame nuançado dos efeitos da localização de classe na consciência e ação individuais. A proliferação de localizações de classe na tipologia deve-se ao fato de o conceito de "localização de classe" ser de nível micro. Os indivíduos (e às vezes as famílias) ocupam as localizações. Ocupar uma localização significa ser afetado por um conjunto de mecanismos que determinam as possibilidades e os limites encarados ao fazer escolhas e agir no mundo. Localização de classe equivale a uma localização dentro das relações de classe e não propriamente a uma classe. A noção de localização dentro das relações de classe situa os indivíduos em relação aos poderes e direitos sobre os recursos produtivos que são importantes na estruturação de padrões de interação social. As localizações de classe estão sempre estruturalmente interconectadas às relações de classe. Possibilidades e limites dependem, crucialmente, das propriedades emergentes da estrutura social como um todo que mediatizam os microprocessos. A noção de estrutura de classes designa a organização de conjunto de relações e localizações de classe.³⁸

Wright destaca que o *esquema de classe básica* subjacente às suas investigações corresponde a um modelo que diferencia seis localizações nas relações de classe, o que não deve ser confundido com um modelo de seis classes.³⁹ As três dimensões da tipologia básica podem ser "tricotomizadas", por opções metodológicas, diferenciando-se as posições dominante, contraditória e subordinada, o que dá lugar a doze localizações de classe: três de possuidores de ativos de capital e nove de empregados.⁴⁰ Apresenta-se na Figura 1, a tipologia de classe básica e, na Figura 2, a tipologia desenvolvida.⁴¹

Entre os proprietários distinguem-se os capitalistas propriamente ditos, os pequenos empregadores, que empregam poucos empregados, e a pequena burguesia, composta pelas pessoas auto-empregadas sem empregados. As localizações de "classe média"

são pensadas como localizações contraditórias e localizações privilegiadas de apropriação entre os empregados, e abrangem, na tipologia desenvolvida, todos os tipos de gerentes e especialistas mais os supervisores qualificados.



Relação com qualificações escassas

FIGURA 1.1 - Tipologia básica de classes na sociedade capitalista

A noção de qualificação (*skill*), presente na categoria intermédia de trabalhador qualificado, vincula-se à idéia mais geral de força de trabalho potencializada (*enhanced*) ou complexa. A classe trabalhadora "pura" consiste de empregados que, tendo posição subordinada nas dimensões de autoridade e de qualificação, são cumulativamente não-gerentes e não qualificados. Wright fala de uma classe trabalhadora "ampliada" abarcando os trabalhadores não qualificados, os trabalhadores qualificados e os supervisores não qualificados.⁴² Os objetivos específicos da investigação podem demandar a introdução de certas modificações apropriadas. Wright adota em diversos estudos uma tipologia restrita devido às limitações da dimensão da amostra, à natureza dos dados disponíveis e ao contexto analítico.⁴³

A consciência de classe

Consciência de classe corresponde àqueles aspectos da consciência que possuem um conteúdo distintivo de classe que conforma as escolhas intencionais. As formas de consciência pertinentes à classe envolvem os processos subjetivos por meio dos quais os indivíduos passam a entender a determinação social das suas capacidades e opções. O modelo causal de formação da consciência, advogado por Wright, se apoia em duas premissas.

Premissa 1: "Os interesses materiais enraizados nas relações de exploração e, por isso, vinculados à estrutura de classes, são reais, [de modo que] o vínculo entre classe e consciência [...] baseia-se nas propriedades objetivas da própria estrutura de classes."

Premissa 2: "A experiência de classe que molda a consciência está sempre organizada socialmente, [de forma que se deve analisar] a construção social das categorias ideológicas em função das quais as pessoas interpretam seu mundo."⁴⁹ As localizações de classe estruturam objetivamente os interesses dos atores. Postula-se que as pessoas sejam suficientemente racionais para tomar consciência desses interesses.

O estudo da "consciência" abarca notadamente aqueles elementos da subjetividade da pessoa que são discursivamente acessíveis ao indivíduo. As crenças, idéias, observações, informações, teorias, preferências, mesmo não estando explicitamente na mente da pessoa, podem ser acessíveis à sua consciência. A consciência de classe compõe-se do conteúdo de três dimensões da subjetividade implicadas nas escolhas intencionais: percepção de alternativas, teorias de consequências e preferências. O conceito pretende denotar propriedades subjetivas que dão à atividade de escolha consciente um conteúdo de classe. Wright reconhece que as noções de consciência e consciência de classe empregadas no livro *Classes* escudam-se na teoria da "escolha racional" ou "ação estratégica".⁵⁰

Os elementos da teoria de escolha racional, presentes no estudo original da consciência de classe, não impedem que ganhe corpo, na obra de Wright, a ênfase na possibilidade de teorizar a escolha e ação individuais, sem pressupor a operação de algum processo de maximização racional nas escolhas, ou mesmo, que todas as ações sejam conscientemente escolhidas. A noção de relação social destaca, nesse sentido, a "qualidade interativa inerentemente estruturada da ação humana" e considera que, ao fazerem escolhas e agirem, os indivíduos estão sempre inseridos em relações estruturadas com outras escolhas e ações individuais.⁵¹

Ao confrontar as abordagens processuais e estruturais de classe e consciência, Wright vai considerar que as compreensões subjetivas de identidades e interesses possuem diferentes estruturas temporais. A identidade estaria mais enraizada no passado biográfico, enquanto o interesse consciente, na antecipação do próprio futuro. Os padrões de mobilidade social prediriam melhor as identidades de classe, ao passo que as localizações de classe seriam melhores preditoras dos interesses conscientes. A organização coletiva de classe dentro da produção e os contextos organizacionais prevalentes nas empresas capitalistas, por sua vez, podem influenciar significativamente a direção e a extensão em que experiências e interesses de classe são transformados em identidades e crenças.⁵²

Modelo de estrutura, formação e luta de classe

A dimensão da estrutura revela-se *conceitualmente* essencial para clarificar a lógica de conjunto da análise de classe. Afinal, a estrutura de classe é o determinante central do poder social e "constitui o mecanismo básico de distribuição de acesso aos recursos na sociedade e, portanto, de distribuição de capacidades de agir".⁵³

A formação de classe refere-se à construção de coletividades organizadas dentro da estrutura de classes sobre a base de interesses moldados por esta estrutura. Tais coletividades podem ser organizadas, desorganizadas e reorganizadas. As relações sociais dentro de cada classe determinam sua capacidade de perseguir seus interesses. A formação expressa e mede "a coerência combinada (*corporate*) de uma classe e sua capacidade organizacional de funcionar como um participante ativo na sociedade".⁵⁴

As práticas são concebidas como "atividades humanas vistas em termos de seus efeitos transformativos no mundo".⁵⁵ As práticas de classe são atividades em que os membros do agrupamento se engajam com a finalidade de realizar ao menos alguns dos seus interesses de classe. Nesse sentido, a atividade é intencional e o objetivo é a realização de interesses baseados em classe. A subjetividade *mediatiza* os modos como as condições objetivas das localizações são traduzidas nas escolhas efetivas das ações de classe. A mediação subjetiva das escolhas — o processo efetivo de escolher — é igualmente uma parte essencial do processo. Formações coletivas, não-indivíduos atomizados, são os veículos característicos das lutas de classe, ou seja, das formas organizadas de práticas de classe *antagonísticas*.⁵⁶ O modelo analítico (que não pretende ser uma teoria geral) articula as dimensões de estrutura, formação e luta de classes. A estrutura de classes impõe *limites* à formação, ou seja, à organização coletiva das forças de classe, assim como às suas lutas. Três são os mecanismos básicos de imposição de limites: a moldagem dos interesses materiais dos indivíduos, os padrões de *identidades* emergentes das experiências de classe vividas e a determinação dos recursos materiais disponíveis. Já a formação de classe *seleciona* as lutas possíveis, que, por fim, retroagem e transformam tanto a estrutura quanto a formação de classe. As práticas de classe, em certa medida, transformam as estruturas que as limitam.⁵⁷

Wright defende a idéia da relativa indeterminação do relacionamento entre estrutura e formação de classe, do seu caráter complexo e contingente. A estrutura estabelece os limites de variação possível da formação, consciência e luta de classes e impõe obstáculos e

oportunidades às tentativas de quaisquer atores políticos organizarem pessoas em formações coletivas. Mas, dentro desses limites, uma variedade de fatores políticos e históricos moldam os padrões presentes que emergem. Os interesses baseados na exploração, radicados na estrutura de classes, constituem as bases materiais para uma variedade de formações de classe *potenciais*. A estrutura de classes pode definir o terreno dos interesses materiais, em torno dos quais experiências de formação de classe ocorrem, ou as probabilidades subjacentes de diferentes tipos de formação de classe, mas os resultados dependem de uma série de fatores que são estruturalmente contingentes em relação à própria estrutura de classes. Formação de classe é o processo por meio do qual as condições individuais são organizacionalmente fundidas, com a finalidade de gerar uma capacidade coletiva de agir. Nesse terreno, deve-se considerar as dinâmicas organizacionais por meio das quais as condições individuais para agir, como determinadas pela localização de classe, tornam-se mobilizadas em formas coletivas de práticas de classe. O processo de formação coletiva é decisivamente moldado por uma variedade de mecanismos institucionais que são "relativamente autônomos" e que determinam os modos como as estruturas traduzem-se em atores coletivos com ideologias e estratégias específicas.⁵⁸

Estudo comparativo sobre a questão da permeabilidade diferenciada das fronteiras de classe à mobilidade intergeracional entre homens nos Estados Unidos, Canadá, Noruega e Suécia mostra a interferência dos fatores político-institucionais na reprodução das classes. Emerge da pesquisa um claro padrão de variação entre as nações estudadas. A fronteira de propriedade é menos permeável nas sociedades em que as relações econômicas capitalistas são menos constrangidas pela intervenção estatal. Os recursos materiais vinculados às relações de propriedade capitalistas demonstram constituir uma barreira mais significativa à mobilidade nos EUA e Canadá que os recursos culturais vinculados à pericia. Nos dois países escandinavos, especialmente na Suécia, as fronteiras de propriedade e pericia não diferem significativamente em seu grau de permeabilidade. A pesquisa sugere que quanto mais puramente capitalista é

uma estrutura econômica, menos permeável será a fronteira de propriedade à mobilidade intergeracional. Os resultados são, em certa medida, consistentes com a visão de que os Estados de Bem-estar social-democratas podem influenciar a operação dos mecanismos de classe capitalistas, no sentido de uma maior igualdade.⁵⁹

Os "lugares vazios" da estrutura de produção social compreendem, simultaneamente, relações de classe e relações ocupacionais. As posições de classe e ocupacionais interagem de várias formas no processo de formação de classe. As posições ocupacionais formam bases potenciais para divisões dentro da classe trabalhadora, assim como podem reforçar outras fontes de divisões intraclasses, como raça e etnia, e concorrem com classe como bases de organização dos ocupantes em atores coletivos, ao ensejarem o surgimento de organizações coletivas de grupos ocupacionais. Entretanto, sob determinadas circunstâncias, grupos ocupacionais podem servir de veículo de formação de classe. As conexões entre classe e ocupação, assim como outros aspectos da estrutura social, produzem efeitos diferenciadores nas formas de luta e formação de classe.⁶⁰

Classe e política

Em uma análise de como a classe molda a política, Wright recorre à tipologia tripartite de "níveis de poder" elaborada por Alford e Friedland. Existe o *poder situacional*, que se refere às relações de poder de comando direto e obediência entre atores. A estrutura de classes distribui recursos úteis nas lutas políticas e, por isso, afeta as interações dos atores políticos. O *poder institucional* refere-se às características de diferentes cenários institucionais que moldam a agenda de tomada de decisão de maneira a servir aos interesses de grupos particulares. Determinadas propriedades institucionais do Estado incorporam um caráter específico de classe, a exemplo dos

mecanismos negativos de filtragem. O *poder sistêmico* refere-se ao poder de concretizar interesses, dada a estrutura global do sistema social. O padrão de organização social — relações de propriedade, orientação do sistema de produção e operações dos mercados — reforça os interesses dos capitalistas, independentemente de máquinas políticas.

Os efeitos de classe na política estão sujeitos a variações. O poder situacional relativo de coletividades organizadas contendoras pode experimentar situações de "equilíbrio de forças". O poder incorporado nas propriedades institucionais do Estado manifesta diferenças históricas. Possibilidades de variação afetam igualmente o caráter de classe do poder sistêmico dentro das sociedades. Neste ponto, cabe citar os estudos de Esping-Andersen acerca da existência de diferenças nas formas de Estado de Bem-estar.⁶¹

A relevância relativa dos diferentes fatores causais, assim como a sua articulação, devem ser consideradas. Classe não representa a causa "mais importante" de *qualquer* fenômeno político. Processos associados a fatores sistêmicos gerais implicam um papel explicativo mais importante de classe, mas objetos mais concretos e sutis tendem a ser relativamente mais contingentes em relação a esse fator. A importância causal explicativa de classe guarda relação com os aspectos mais diretamente implicados na reprodução da estrutura de classes e com os interesses fundamentais das classes dominantes.⁶²

Críticas ao esquema de classes de Erik Olin Wright

Levy e Joye advertem que o esquema de classes de Wright articula-se em torno da ideia de múltiplas explorações, em que mecanismos baseados no controle de ativos organizacionais e de qualificação se associam, ainda que subordinadamente, à exploração

propriamente capitalista. A importância atribuída à existência de hierarquias múltiplas de estratificação, segundo certas interpretações, faz com que o critério da *propriedade dos meios de produção* passe a ser de relevância parcial. Apona-se um sério problema prático desta abordagem: a necessidade de definir pontos de descontinuidade ou corte nas variáveis qualificação ou posição hierárquica, que não são intrinsecamente dicotômicas ou tricotômicas.⁶³

Sørensen considera que a abordagem de Wright em termos de ativos de qualificação e ativos organizacionais não seria adequada como uma teoria estrutural ou posicional de classe. Habilidades inatas, ainda que possam gerar uma renda diferencial, são atributos de pessoas e não de posições. De modo semelhante, habilidades adquiridas (*skills*) podem gerar "renda", na medida em que as oportunidades de treinamento são fixas e a oferta limitada; no entanto, independente disso, não são propriedades de posições.⁶⁴ Já a posição de "autoridade" na hierarquia organizacional não pode ser considerada uma medida de valor do ativo, ou seja, da eficácia produtiva de um arranjo organizacional. Nessa situação, só o argumento de incentivo explicaria os altos salários dos detentores de autoridade. Certos autores apelam para a noção de sistemas de incentivos ou falam de sistemas de promoção em mercados de trabalho internos. Nenhuma das duas soluções, no entanto, atende à idéia de vantagens posicionais.⁶⁵

Edgell critica Wright por introduzir fortes elementos de graduação na tipologia de classe. Na interpretação do autor, não fica claro se a posse de ativos de qualificação ou credenciais conduz à exploração dos não-especialistas pelos especialistas ou, na verdade, apenas a variações de rendimentos. A diferenciação interna dos não-proprietários, que dá origem a nove localizações de classe na tipologia, é realizada distinguindo-se graus de controle dos ativos organizacionais e de qualificação ou credenciais. Nesse sentido, a tipologia de classe não seria puramente marxista, nos termos defendidos pelo próprio Wright, pois contém tanto elementos relacionais quanto de graduação.⁶⁶

A construção teórica do mapa de classes apoia-se na suposição, não muito plausível empiricamente, de que os diferentes mecanismos de exploração têm efeitos estritamente aditivos, os quais são tidos como mutuamente independentes. Consciente desse problema, Wright lembra que caso se considere que as formas de exploração reforcem-se mutuamente, "a relação entre o mapa de localizações de classe definido com base nos ativos e interesses de classe objetivos se torna muito mais problemática".⁶⁷ Na avaliação crítica de Mayer, a presunção de independência (não-reforço mútuo) entre tipos de exploração, adotada por Wright por motivos de simplicidade, alimenta a impressão de que a tipologia de classe representa uma classificação cruzada artificial (*mechanical cross-classification*), impressão que é reforçada pela atribuição de três níveis a cada modo de exploração.⁶⁸

Relatam-se problemas vinculados à aplicação do esquema de classes de Wright. Sua definição operacional de burguesia seria derivada de uma concepção de propriedade familiar. Nesse sentido, a noção de Goldthorpe de "classe de serviço" — ainda que conceitualmente mais heterogênea, pois agrega empregadores e empregados — estaria mais próxima da realidade do poder corporativo na economia capitalista contemporânea. A dificuldade na mensuração dos ativos de qualificação dá lugar a soluções arbitrárias de decisões de codificação, de modo que pessoas desempenhando tarefas radicalmente diferentes aparecem na mesma categoria de "especialistas" ou "empregados não qualificados". Como a qualificação e perícia pressupõem a sua vinculação com empregos, recorre-se a estes na sua operacionalização. Wright seria prisioneiro da codificação ocupacional, mais que o próprio Goldthorpe, criticado por trabalhar explicitamente com categorias ocupacionais. A operacionalização desse ativo implica lançar mão de agregados ocupacionais (derivados da codificação oficial de ocupações), junto com a escolaridade e, para algumas situações, uma medida de autonomia de emprego. A localização de classe de trabalhadores qualificados faria uma miscelânea de critérios: alguns seriam incluídos tendo em vista as qualificações formais e outros com base somente na denominação ocupacional.

A aplicação prática dos critérios para definir a posição de classe na dimensão de autoridade não seria rigorosa. As regras e instruções (os algoritmos) de classificação de classe de Wright, na prática, conteriam critérios muito fracos para distinguir gerentes e supervisores de outros empregados. O indivíduo entrevistado é considerado gerente na medida em que participe de qualquer um dos oito itens arrolados de tomadas de decisão, inclusive apenas formulação de parecer ou conselho. A categoria de gerentes inclui pessoas que não ocupam posições de gerente na hierarquia formal da empresa, mas são gerentes pelos critérios de Wright. A elaboração de critérios minuciosos, aplicados porém de forma frouxa, afetaria igualmente a constituição da categoria de supervisores, que abrange indivíduos que são supervisores puramente nominais na organização formal da empresa, mas que a própria pesquisa constatou não possuírem autoridade sobre tarefas e em matéria de punições sobre subordinados. Critica-se também o artificialismo de denominar supervisores aqueles que estão envolvidos na supervisão limitada de um único subordinado. Seriam assinaladas diferentes localizações de classe para indivíduos partilhando ocupações e situações similares de emprego, por causa de alegadas diferenças em termos de autonomia e participação em tomadas de decisão. As medidas de controle organizacional não levam em conta o contexto desse controle. A aplicação frouxa dos critérios de mensuração de posição hierárquica leva a inflar as categorias de gerentes e supervisores.⁶⁹ Marshall e outros demonstram grande ceticismo acerca da real homogeneidade de determinadas localizações contraditórias de Wright. Distorções acumuladas produzem grande número de proletários que não seriam realmente proletários, mesmo nos termos de Wright. A aplicação do seu esquema sugere que a estrutura de classes da Inglaterra estaria em um estado avançado de proletarização, o que é contestado pelos autores. Os resultados empíricos derivados da aplicação do esquema de Wright, particularmente em relação à Inglaterra, colocariam sérias dúvidas na utilidade da sua abordagem.⁷⁰

Breen e Rottman consideram que um esquema de doze localizações de classe é mais plausível, em termos, do que Weber descreve

como "classes econômicas", ou seja, um arranjo de situações econômico-sociais típicas, em lugar de classes sociais propriamente, isto é, agrupamentos de situações de classe demograficamente definidos. Tais localizações de classe dão a impressão de representarem contextos fracos para processos de estruturação de coletividades sociais reais. No plano operacional, segundo os autores, o esquema requer detalhes empíricos consideráveis acerca das condições de emprego para *mensurar* o grau de posse de um ativo particular, tomando-se, inclusive, a distinção tripla que é feita para cada ativo no que se refere a posições de classe dominante, contraditória e subordinada.⁷¹

Savage e outros criticam o modelo analítico quantitativo dos "esquemas de classe" que tratam as posições de classe como "variáveis independentes" utilizadas para inferir resultados apurados no plano das "variáveis dependentes", em que se busca mensurar o impacto dos fatores determinantes em termos de manifestações sociais padronizadas na esfera do indivíduo (desempenho educacional, atitudes, padrões de voto etc.). Essa abordagem seria incapaz de demonstrar os vínculos determinantes causais precisos entre classe social e outros fenômenos sociais. Os autores consideram, igualmente, as implicações negativas de se conceber a estrutura de classes como um conjunto de lugares vazios definidos em termos de posições econômicas, a que se agrega a investigação dos processos que vinculam as pessoas a lugares particulares. O fato de determinados lugares serem condicionados pelo gênero do seu ocupante, como alerta a crítica feminista, demonstra que os lugares de classe não podem ser especificados independentemente das pessoas que os ocupam. Savage et al. defendem um enfoque realista que concebe as classes como entidades com determinados poderes causais, revelados através dos seus efeitos. Estes dependem de uma variedade de condições contextuais contingentes e se manifestam notadamente nas situações históricas decisivas. Privilegiam o estudo do modo como as classes sociais se constituem em coletividades sociais e, então, como podem influenciar os processos de mudança histórica. A estrutura das posições de classe não pode ser simplesmente considerada como dada; os processos que estruturam essas posições têm que ser

objeto de investigação. O estudo de como as classes se formam como coletividades sociais pode implicar na investigação de como os próprios processos de formação de classe afetam a organização, desorganização e reorganização das posições de classe.⁷²

As classes sociais são vistas em primeiro lugar, e sobretudo, como coletividades sociais estáveis formadas por pessoas com níveis semelhantes de renda e remuneração, estilos de vida, cultura e orientação política. A análise de classe deve lidar prioritariamente com a questão da formação de classe e não tanto com esquemas classificatórios. As classes sociais estão radicadas em processos de exploração. Diferentes tipos de exploração dão origem a distintos poderes causais de entidades sociais específicas. Entretanto, não basta analisar as propriedades causais de formas determinadas de exploração. O vínculo entre tipos de relações exploradoras e a formação de coletividades sociais particulares implica o exame das condições contingentes que viabilizam ou potencializam o exercício das propriedades causais.⁷³

Crompton caracteriza os mapas de classe de Wright e de Goldthorpe, construídos a partir de levantamentos de dados apoiados centralmente na ocupação, como um enfoque de "agregados de empregos" à análise de classe. Essas tentativas são defeituosas já que não é possível empiricamente estudar as "classes" isoladas de outros fatores que estruturam a divisão do trabalho como um todo. Crompton analisa o uso problemático da variável ocupação como medida de classe. Posições ocupacionais não incorporam as diferentes dimensões da desigualdade nem capturam adequadamente a realidade das *relações* de classe. Além disso, classe tem sido pensada teoricamente como algo mais que simples agregados ocupacionais. Agregados de emprego não representam "entidades reais com interesses identificáveis e capacidades de agir".⁷⁴

O uso da estrutura de emprego, adverte Crompton, não permite chegar a uma medida "não contaminada" de classe social, pois outros fatores entram na própria estruturação das relações de emprego. Revela-se extremamente difícil separar o "econômico" do "social" ou "cultural" na análise de classes. As estruturas de emprego, não há como desconsiderar, são inevitavelmente condicionadas

pelo gênero.⁷⁵ Cabe à *posição* dentro da divisão social do trabalho, em lugar das características individuais, o papel determinante da posição de classe. Entretanto, na medida em que as posições são, de fato, condicionadas por gênero — no sentido, por exemplo, de ocupações "masculinas" ou "femininas" — pode-se dizer, então, que o gênero "sobredetermina" a posição.⁷⁶ A estrutura de classes (empregos) é sobremaneira atravessada pelo fator gênero, de modo que é difícil desenredar os efeitos de "classe" e "gênero".⁷⁷ A divisão do trabalho por gênero é uma realidade da vida social, proeminente tanto na esfera pública quanto na privada. A persistência da segregação ocupacional divide a estrutura ocupacional em ocupações "femininas" e "masculinas". O status e as recompensas de certas ocupações são determinadas historicamente pelo fato de serem ocupações "femininas". O "patriarcado", a dominação da mulher pelo homem, tem sido um sistema de moldagem da estrutura de emprego similar à classe, sendo que a mulher sofre uma dupla desvantagem, decorrente tanto do seu sexo quanto do seu emprego.⁷⁸ A segregação ocupacional de gênero está sendo reproduzida pelas práticas recorrentes, que são o produto de convenções passadas a respeito das relações "apropriadas" entre os sexos, das características particulares das economias nacionais etc, assim como estão sendo transformadas por práticas divergentes.⁷⁹ Com justa razão, os esquemas de classe baseados em emprego caem sob severo julgamento crítico, como ocorreu no debate em torno da "questão da mulher", devido à própria extensão das mudanças nas instituições de emprego e relacionadas ao emprego.

Relações sociais subjacentes à condição de classe, assim como vínculos entre estrutura, consciência e ação, não podem ser adequadamente apreendidos por abordagens que "descansam, em última análise, sobre a agregação de atributos individuais".⁸⁰ Entretanto, apesar dos problemas, que não podem ser obscurecidos, medidas baseadas em empregos conservam a sua utilidade enquanto indicadores de desigualdades de classe e de "chances de vida". Afinal, o trabalho permanece como "o mais significativo determinante do destino de vida da maioria dos indivíduos e famílias nas sociedades

industriais avançadas".⁸¹ Crompton admite que o enfoque de "agregados de empregos" deve continuar a merecer a atenção da sociologia, dada a demonstração da persistência de padrões de desigualdade social e variações de atitudes associadas a empregos.⁸²

Considerações finais

Wright defende a existência de uma conexão entre propriedade de ativos produtivos, exploração, dominação na produção e diferenciação de classe. Caberia problematizar a possibilidade de geração plena de *relações* de classe na base da propriedade de ativos de qualificação. Wright não trata os especialistas, por esse e outros motivos, como uma classe enquanto tal. Prefere falar, no presente, que os especialistas ocupam uma *localização privilegiada de apropriação* nas relações de exploração decorrentes da sua posição estratégica na organização da produção (como controladores de conhecimento) e da sua localização estratégica na organização dos mercados de trabalho (como controladores de uma forma escassa de força de trabalho).⁸³ As relações de dominação dentro da produção (autoridade) foram reintroduzidas no esquema de classes. Nessa nova interpretação o papel da autoridade aparece vinculado à idéia de posição privilegiada de apropriação nas relações de exploração. Essa reelaboração teórica da localização dos gerentes, que enfatiza o engajamento em práticas de dominação na produção e a posição estratégica dentro da organização da produção, não há como negar, implica minimizar o estatuto de "ativo produtivo" do controle organizacional. Caracterizar a posição dos especialistas (e também dos gerentes), em termos de *localização privilegiada de apropriação* nas relações de exploração, representa, pelo menos, uma atenuação teórica da concepção plena de múltiplas explorações. Wright considera que os seus últimos estudos, tomados em conjunto, apesar das

anomalias registradas, confirmariam a fecundidade do conceito de localizações contraditórias de classe. Entretanto, reconhece que a noção de localizações contraditórias perdeu o nível abrangente original de coerência teórica.⁸⁴ Esse reconhecimento implica também, em termos teóricos, um enfraquecimento da idéia de localizações contraditórias no sentido de combinações assimétricas ou mutuamente neutralizadoras de diferentes formas de exploração. Wright retém a noção de localizações contraditórias no sentido de essas posições de classe média se ligarem de modos privilegiados aos processos de exploração e dominação. Os interesses de classe incorporados nos empregos de gerentes e especialistas combinam os interesses opostos de capital e trabalho.⁸⁵

Cabe considerar, igualmente, os limites de uma abordagem à análise de classes que, em certa medida, se mostra "centrada em empregos". Importantes situações ou processos que não se manifestam adequadamente a nível da estrutura de emprego escapam à análise. Wright reconhece essa limitação metodológica da abordagem quantitativa das tipologias de classe. Os levantamentos de dados por amostragem (*sample surveys*) dificultam seriamente a exploração analítica dos extremos dentro da estrutura de classes: os grandes proprietários de capital e os segmentos mais marginalizados da população.⁸⁶

As questões que recaem sob o crivo crítico, várias das quais apontadas e enfrentadas pelo próprio Wright, não devem obscurecer os méritos da sua obra. A análise de classe pode privilegiar analiticamente, como defende Wright, a concepção de plano micro de *localizações* de classe dentro de *relações* de classe macroestruturais. A noção de *localização* de classe traduz uma visão de condicionamentos operantes sobre os agentes, ao fazerem escolhas e agirem no mundo. Seu esquema teórico revela-se capaz de expressar e orientar a abordagem do papel de posições intermediárias de classe na complexificação da estrutura social da sociedade capitalista contemporânea. Além disso, desenvolve uma noção de classe trabalhadora analiticamente mais sensível ao amplo reordenamento do universo da produção e do trabalho que se processa na atualidade. Em termos de tradição

marxista, a reelaboração do conceito de classe preserva as noções de apropriação de ativos produtivos e de exploração, o que, no entanto, não impede Wright de incorporar o papel da dominação dentro da produção na geração de diferenciações nas localizações de classe. Além de desenvolver um agudo senso crítico e autocrítico, o autor constrói um instrumental analítico dirigido à pesquisa empírica sistemática, que realimenta o seu pensamento e chega mesmo a contribuir para que a sua obra se projete em reelaborações. Em um contexto de crise de paradigmas, a teoria e a tipologia de classes neomarxista de Wright inscrevem-se em uma obra aberta e em progresso.

Capítulo II - Mapa de posições e segmentos de classe no Brasil de hoje

A investigação aqui desenvolvida envereda por um campo de estudo raramente explorado no Brasil, ao compor um mapeamento da disposição estrutural e dos perfis específicos das posições e dos segmentos de classe no Brasil de hoje, recorrendo à base de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).¹ Com essa finalidade, o estudo emprega uma tipologia derivada, originalmente, do esquema de classes neomarxista de Erik Olin Wright, porém, alterada em diversos aspectos em relação ao seu ponto de partida, e cujas categorias empíricas foram construídas levando em consideração as possibilidades e as limitações da base de dados utilizada. O processo de mapeamento de posições, realizado à luz de um esquema teórico, permite realizar uma aproximação analítica dos traços relevantes da diferenciação de classes da sociedade brasileira. A configuração de uma visão de conjunto da estrutura de posições de classe envolve um processo de decomposição, que vai do todo aos seus elementos constituintes, e de recomposição, que vai dos componentes ao todo articulado. A consideração de outros fatores proeminentes ajuda a compor o quadro concreto da estrutura de posições sociais no Brasil. Esse é o caso da distribuição das posições de classe nos setores de atividade econômica. A consideração das grandes regiões geográficas incorpora uma fonte de diversidade de reconhecimento importância em países como o Brasil, pois reflete os processos de desenvolvimento desigual do capitalismo e expressa a divisão socioespacial do trabalho. A convocação das variáveis gênero e cor ou raça — inclusive a combinação de ambas — propicia uma articulação dos componentes posicionais com os chamados fatores atribuídos (*ascriptive*).²

Desafios teórico-metodológicos à construção do mapa de posições de classe

O desenvolvimento de uma estratégia de operacionalização do esquema de classes neomarxista de Erik Wright, com base nos dados da PNAD, envolve algumas dificuldades e opções. Wright considera que *classe* e *ocupação* possuem diferentes estatutos na teoria marxista. Ocupação corresponde à dimensão das relações técnicas de produção, enquanto classe diz respeito a localizações dentro das relações sociais de produção.³ Delinca-se, nessa formulação, um contraponto crítico aos esquemas de classes que se baseiam em agregados de categorias ocupacionais. Essa postura teórica não impede, por outro lado, o surgimento de críticas que colocam o autor como representante na análise de classes de um enfoque baseado em “agregados de empregos”. Em uma reflexão autocrítica, ligada à elaboração das noções de localizações de classe mediatas e temporais, Wright chegou a admitir que o seu esquema de classes pecava por tratar as localizações de classe como basicamente equivalentes a “empregos” (*jobs*), ocupados por indivíduos, e a estrutura de classes, então, como um mapa relacional da estrutura de empregos.⁴

A noção de “posição na ocupação” da PNAD, a bem da verdade, não diz respeito propriamente a uma matéria de relações técnicas de produção. Distinguem-se as categorias de posição na ocupação de empregado, trabalhador doméstico, contra-própria, empregador e outras. As principais categorias dizem respeito às formas históricas específicas assumidas pela divisão social do trabalho na sociedade capitalista — em um grau ainda genérico, senão mesmo “rôscó”, representam um corte macrosocial que delimita uma estrutura de posições de classe. No empreendimento de operacionalização do esquema de classes, a dependência em relação à utilização estritamente de “agrupamentos ocupacionais” recai mais na categoria de empregados, o que não quer dizer que seja um problema localizado e, por isso, menor. Ao contrário, a complexidade assumida pela

estrutura de classes dos países capitalistas contemporâneos envolve muito o processo de diferenciação de classe dentro da categoria de assalariados.

A construção da tipologia de posições de classe exigiu, além de outros desafios, a resolução do problema teórico-metodológico de como classificar o denominado “Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar”, que representava quase 9,0% dos indivíduos com posições definidas. A forma como essa categoria originária da PNAD se encontra constituída não se sintoniza com um esquema de análise de classes, pois o trabalhador não remunerado pode estar “ajudando” um membro do domicílio — empregado agrícola, contra-própria ou empregador (posições distintas de classe). Ao focalizar a análise apenas na pessoa de referência da família ou do domicílio, seja como fator definidor, indicador ou *proxy* da posição classe do conjunto, o problema se restringe bastante, pois apenas 0,2% das pessoas de referência do *domicílio* e 0,5% das pessoas de referência da *família* enquadraram-se nessa categoria na PNAD de 1996. Esse problema exige uma resolução particularmente ao se considerar os diferentes planos de análise: a posição da pessoa de referência da família, a posição dos indivíduos e a classificação cruzada da posição da pessoa de referência e do cônjuge.

Em termos dos efetivos de não remunerados contabilizados pela PNAD, 73,5% dos trabalhadores domiciliares não remunerados se encontram inseridos em atividades do setor agrícola. A arregimentação de trabalhadores não remunerados é mais significativa entre os contra-próprios (22,4%), particularmente os agrícolas (49,9%), e os pequenos empregadores (19,2%). Apenas 8,0% dos trabalhadores manuais agrícolas mobilizam não remunerados. Considerações teórico-metodológicas fundamentaram a decisão de atribuir a parte desses trabalhadores não remunerados, de modo derivado, a posição de classe da pessoa de referência do domicílio.⁵ Em um estudo sobre os trabalhadores da agricultura brasileira, Graziano da Silva (1982) agregou de modo semelhante os “dependentes ativos” no âmbito da produção camponesa (os dados não eram de PNAD, mas do INCRA, e a referência não era o domicílio). Pode-se considerar

também que o trabalhador não remunerado, "ajudante" de um conta-própria urbano, compartilha, no nível da relação de trabalho familiar, a condição de auto-emprego urbano. Em um estudo sobre a "queda e a ascensão" da pequena burguesia americana, Wright tratou os "membros não remunerados da família" como parte do "auto-emprego total". Levou-se em conta a natureza "familiar" dos empreendimentos, considerando que essas denominações podem refletir convenções culturais e relações de gênero, porém a localização de *classe* essencial dessas duas categorias é a mesma.⁶ O tratamento foi utilizado, também, para outros trabalhadores não remunerados em fazendas ou negócios familiares, considerados de pequenos empregadores ou capitalistas, conforme o número de empregados. Essas situações foram tidas mais como manifestações de convenções culturais ou hierarquias baseadas em idade e gênero, existentes na unidade familiar, acerca de qual membro da família é o proprietário "real".⁷

A solução de derivação da posição de classe se revela também adequada para o caso dos trabalhadores não remunerados que "ajudam" empregados agrícolas, pois a agregação da mão-de-obra de membros da família pode ser vista como uma forma de superexploração do trabalho, vinculada ou não ao trabalho por "produção". O trabalhador "principal" e o "ajudante" são ambos trabalhadores agrícolas.

A situação dos trabalhadores não remunerados que "ajudam" empregadores é mais complexa. Entre os membros da família há um compartilhamento das vantagens associadas à condição de classe, ainda que não haja uma "retirada" individual de renda. No caso da relação entre a pessoa de referência e o cônjuge há, na maioria das vezes, uma co-propriedade jurídica dos ativos de capital. Na medida em que se considere que o foco da análise não é a forma de inserção da atividade individual (comandar o negócio ou "ajudar"), mas a condição familiar abrangente, a solução de estipular a posição de classe derivada parece adequada.

Grau de cobertura e unidade de análise

A definição do grau de cobertura da análise de classe possui implicações ponderáveis sobre os resultados da investigação e representa um problema relativamente espinhoso. Wright e Goldthorpe convergem na escolha mais restrita dos indivíduos que estão engajados na força de trabalho ativa. A opção revela vantagens em termos pragmáticos de conveniência, mas remete para os diferentes significados sociológicos que podem ser atribuídos à noção de atividade/inatividade econômica. Além disso, a pesquisa de classe não pode ser indiferente à implicação sociológica do crescimento, na sociedade contemporânea, de uma ampla e heterogênea categoria social de economicamente inativos. Cabe ponderar, por outro lado, que todas as famílias estão implicadas na estrutura de classe, de modo que movimentos de entrada e saída do mercado de trabalho não mudam automaticamente a localização de classe da família.⁸ Marshall et al. sustentam que a análise de classe focaliza os grupos ocupacionais, a localização nas hierarquias organizacionais e demais atributos pertencentes à esfera do trabalho. A exclusão da agenda de pesquisa dos aposentados, dependentes do estado, e das donas de casa não solapa a lógica da análise, visto que tais grupos não revelam características relacionadas à classe tão distinta dos ocupados.⁹ Morris e Scott, ao contrário, apontam as fragilidades das suposições subjacentes à exclusão daqueles sem ocupação, nos esquemas em que classe é entendida indevidamente como uma mera matéria de classificação ocupacional. As chances de vida de um aposentado dependem, ponderam os autores, além da ocupação em que se aposentou, do fato de possuir ou não propriedade e do grau de usufruto de provisões estrais de bem-estar. A situação de status do aposentado como demandante de bem-estar pode compor um aspecto crítico das suas chances de vida. Entendidas como os "estratos" concretos que compõem os sistemas de estratificação, as classes sociais são os resultados dos processos derivados tanto de situações de classe quanto de prerrogativas de status.¹⁰

Edgell demonstra que o esquema conceitual usado, assim como as alternativas operacionais em termos de unidade de análise e grau de cobertura, afeta fortemente a dimensão da classe trabalhadora e a proporção dos casos "não classificados" e, por isso, não cobertos diretamente pela análise. Ao considerar a aplicação de um esquema conceitual de classe social, tendo o lar como unidade de análise, a inclusão apenas dos economicamente ativos implica em uma redução de 60,0% para 39,0% do tamanho da classe trabalhadora inglesa, além de deixar 34,0% da população adulta como "não classificada", quer dizer, excluída da cobertura da análise direta.¹¹

Wright lamenta a deficiência dos levantamentos de dados usuais por amostragem, como os vinculados ao projeto sob sua coordenação, na abordagem dos segmentos mais destituídos da população dos países capitalistas.¹² Há um comprometimento da investigação quando a mesma fica centrada na força de trabalho ativa, definida de forma convencional. A presente investigação utiliza a base de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), cujos elementos conceituais e operacionais não são originalmente concebidos para o propósito específico de uma análise de classes. Os dados imprescindíveis à constituição das categorias empíricas dizem respeito ao universo de ocupados e, particularmente, à ocupação principal da pessoa. Entretanto, cabe registrar que desde 1992 a PNAD norteia-se por definições amplas de "trabalho" e de "ocupação". Os ocupados não se circunscrevem aos engajados em trabalho remunerado e não remunerado, na produção de bens e serviços. A definição considerada inclui as atividades para autoconsumo e autoconstrução para a esfera do domicílio, realizadas ainda que seja *uma hora na semana*. Os critérios são tão elásticos que abarcam, na prática, "desempregados disfarçados" trabalhando em edificações e benfeitorias para uso de algum membro da unidade domiciliar. A pesquisa revela-se razoavelmente flexível para lidar com a realidade das diferentes formas de trabalho parcial e precário existentes no país.

A utilização de tipologias de classe demanda o equacionamento da complexa questão da unidade de assinalamento da posição *classe*. A escolha da unidade de análise desperta problemas fundamentais

concernentes ao entendimento dos mecanismos através dos quais a variável *classe* é explicativa. Uma abordagem aprofundada dessa problemática demanda uma análise pormenorizada da composição de classe da família e dos efeitos contextuais derivados das relações entre os seus membros economicamente ativos. No trabalho de mapeamento de posições aqui desenvolvido, serão confrontadas as posições dos indivíduos e das pessoas de referência da família. Entretanto, quando a tipologia for cruzada com outras variáveis, apresentam-se as distribuições de frequência, considerando a posição de todos os membros da família. A Tabela 2.1 mostra as duas representações ou imagens da estrutura de posições de classe que surgem a depender da escolha da unidade de análise. Incoerente por-se, de forma complementar, nessa tipologia estritamente derivada do esquema de classes de Erik Olin Wright, a posição na ocupação, no período de captação de 368 dias, para as pessoas inativas ou desocupadas na semana de referência, na definição da localização do indivíduo dentro da tipologia, devido particularmente à questão do trabalho sazonal e precário na área rural.¹³

Erik Wright constrói uma tipologia de classes na sociedade capitalista contemporânea dirigida à pesquisa empírica sistemática, em função da apropriação de ativos em meios de produção, ativos de qualificação ou credenciais e dominação na produção. Na *tipologia básica*, essas dimensões são dicotomizadas, diferenciando seis localizações dentro das relações de classe. Já a *tipologia desenvolvida* promove uma tricotomização das dimensões, dando lugar a doze localizações de classe.¹⁴ A expressão dos fatores diferenciadores de posições de classe, na tipologia apresentada neste trabalho, envolve uma combinação de soluções metodológicas (dicotômicas com tricotômicas) e agregação de posições. Trata-se de uma opção perfeitamente compatível com o esquema teórico de classe neomarxista de Wright. É bom lembrar que o próprio autor chega a adotar, em vários estudos, uma tipologia restrita em decorrência da limitação da dimensão da amostra, da natureza dos dados disponíveis e do contexto analítico. Em um estudo sobre fronteiras de classe e mobilidade recorre-se a uma tipologia muito próxima da solução aqui

oferecida: empregadores, pequena burguesia, gerentes & supervisores especialistas, gerentes & supervisores não-especialistas, profissionais, semiprofissionais e trabalhadores.¹⁵

TABELA 2.1
Distribuição das posições de classe dos indivíduos e das pessoas de referência da família - Brasil, 1996

Posições de classe	Indivíduos		Pessoas de referência da família	
	Frequência	(%)	Frequência	(%)
Capitalistas	351.408	0,5	233.483	0,7
Pequenos empregadores	2.417.223	3,5	1.665.727	4,9
Auto-empregados	20.935.570	30,0	11.444.083	33,6
Gerentes/supervisores credenciados	539.021	0,8	362.444	1,1
Gerentes/supervisores não credenciados	1.755.634	2,5	1.147.440	3,4
Especialistas	1.129.316	1,8	723.934	2,1
Trabalhadores qualificados	3.002.253	4,1	1.402.907	4,1
Trabalhadores proletarizados	33.728.100	48,3	15.602.688	45,8
Empregados domésticos	6.034.230	8,6	1.452.806	4,3
T O T A L	69.856.755	100,0	34.035.512	100,0

FONTE - IBGE. PNAD 1996 em Microdados. Dados expandidos.

O conjunto de trabalhadores proletarizados e auto-empregados forma, nos dois critérios, perto de 80,0% das posições de classe constituídas. Os indivíduos formam um número menor de auto-empregados, porém maior de trabalhadores proletarizados e especialmente de trabalhadores domésticos, enquanto as pessoas de referência da família formam um contingente maior de auto-empregados, porém menor de trabalhadores proletarizados e trabalhadores domésticos. Além disso, existe um maior número de pequenos empregadores e gerentes/supervisores não credenciados entre as pessoas de referência da família. Parte importante dessa diferença se prende ao fato de que a classe dos empregados domésticos, a categoria que possui a maior flutuação relativa, produzindo parte da flutuação das demais, é ocupada quase totalmente por mulheres (93,0%) e representa uma parcela reduzida das pessoas de referência da família com uma posição de classe assinalada.¹⁶

Ao se apresentar na Tabela 2.1 o resultado da aplicação estrita do esquema de classes neomarxista, salta à vista na distribuição das posições de classe, de modo especial, a hipертrofia da categoria de auto-empregados, que parece anômala, mesmo levando-se em conta as conhecidas particularidades de países como o Brasil.¹⁷ Essa situação, inclusive, fez com que se evitasse a terminologia "pequena burguesia", com suas inerentes implicações teóricas, já que na visão marxista essa classe é formada por aqueles que possuem suficiente capital para trabalhar para si mesmos, mas não para empregar trabalhadores assalariados. Optou-se pela denominação mais genérica de auto-empregados. O agrupamento em questão possivelmente reúne situações díspares: pequena burguesia, formas de trabalho precário e assalariados disfarçados. As pessoas que dependem de alternativas de sobrevivência baseadas em trabalho precário não podem ser consideradas pequeno-burguesas como se possuíssem "suficiente capital para trabalhar para si mesmas". Muitas são tão destituídas de "ativos de capital" quanto os trabalhadores. Revelou-se necessário, por esse e outros motivos, desagregar ou segmentar a tipologia original, o que deu origem a uma tipologia de posições e segmentos de classe.

A tipologia segmentada foi construída para captar diferenciações internas nas posições de classe de pequenos empregadores, auto-empregados e trabalhadores proletarizados. Dentro dos limites colocados pelos dados disponíveis, ela pretende expressar e captar os fatores diferenciadores, vinculados à divisão social e técnica do trabalho, que tenham consequências em termos de desigualdades sociais. O desenvolvimento da divisão do trabalho gera "fragmentações" do capital e do trabalho.¹⁸ Processam-se determinadas "gradações hierarquizadas" que decompõem as classes em segmentos.¹⁹ Essa estratificação interna, que é característica de todas as classes, não invalida as bases relacionais das categorias de classe, antes complementa a análise de classes.²⁰ As diferenciações introduzidas internamente nos pequenos empregadores e auto-empregados urbanos se relacionam com a dimensão de controle de "ativos de capital". Os trabalhadores proletarizados foram segmentados, considerando-se a relevância de determinados fatores associados ao tipo e ao setor de trabalho. Tanto a posição de classe quanto a posição ocupacional representam fontes distintas e importantes de desigualdade, e ambas são necessárias para entender as fontes posicionais de recompensas dos empregos. Considerável parte da desigualdade é produzida pela diferenciação ocupacional.²¹ A tipologia segmentada corresponde literalmente a uma desagregação interna da tipologia original. Pode-se falar dessa tipologia segmentada que a sua derivação teórica de uma tipologia de classes representa sua especificidade em relação às tipologias sócio-ocupacionais. A estratégia analítica considerada se sincroniza com a visão de que a estrutura de classes, nos países capitalistas, se desenvolveu no final do milênio em uma direção mais fragmentada e complexa de subdivisões. A pesquisa empírica de estratificação de classe, alerta John Scott, não pode concentrar o seu foco apenas nos grandes conjuntos de classes amplamente definidos, como a divisão tripartite entre classes privilegiadas, intermediárias e subordinadas, perdendo de vista as divisões internas, em termos de relações de propriedade e de emprego, que matizam a configuração social monolítica de classe social.²²

A Tabela 2.2 estampa o mapeamento das diferenciações de classe prevalentes no Brasil de hoje, conforme os critérios alternativos de indivíduos e pessoas de referência da família. A distribuição das posições apresentada incorpora 37,0% de não remunerados, que tiveram a sua posição derivada da pessoa de referência do domicílio (os demais foram excluídos). Os não remunerados que tiveram a posição derivada representam 17,5% dos auto-empregados agrícolas, 10,3% dos pequenos empregadores menos capitalizados, 8,2% dos pequenos empregadores mais capitalizados, 6,0% dos auto-empregados capitalizados, 4,5% dos capitalistas, 3,6% dos trabalhadores agrícolas e 2,0% dos auto-empregados descapitalizados.

Os proprietários de ativos relevantes de capital

A classe capitalista mostra-se resistente à investigação sociológica através de levantamentos de dados por amostragem centrados no domicílio. Esse problema decorre não apenas da dificuldade de investigar o seu "pequeno número", mas guarda relação com o processo maior de transição da propriedade individual para a propriedade acionária institucional do mundo das corporações. Em amplos setores da economia capitalista, a propriedade individual foi substituída pelas estruturas de poder despersonalizadas, características do mundo das sociedades anônimas e das grandes corporações, o que não quer dizer que a presença das famílias tenha desaparecido do mundo dos negócios. A importância da posse pessoal de ações pelos indivíduos e famílias depende dos padrões institucionais de desenvolvimento capitalista e dos mecanismos de mobilização de capital que prevalecem na economia.²³ O presente estudo segue de modo aproximado a "convenção arbitrária" adotada por Wright, na operacionalização da diferenciação entre os proprietários de ativos

de capital, que recorre ao número de empregados. A PNAD não possibilita solução diferente. Trata-se, admite o autor, de um indicador fraco, pois não mensura nem expressa adequadamente a quantidade de capital possuída.²⁴ Foi utilizada na constituição da categoria, segundo de perto a solução operacional original de Wright, a linha de demarcação de empreendimentos com 11 empregados ou mais.²⁵ Os detentores da posição de classe de "capitalistas" perfazem um contingente infimo de 0,5% a 0,7% das posições.²⁶ O resultado deve ser lido considerando as especificidades da estrutura social do país e o fato da PNAD "ampliar" as noções de trabalho e de emprego, que servem de base para a atribuição da posição de classe, inflando particularmente as categorias de auto-empregados sem empregados. Reflexo possivelmente de uma tendência de profissionalização na administração do negócio, apenas 6,7% dos capitalistas ocupam trabalhadores não remunerados membros da unidade domiciliar. O comprometimento com o empreendimento se manifesta no fato de somente 8,8% dos capitalistas possuírem dois ou mais trabalhos.²⁷ Os capitalistas estão amplamente concentrados em setores não agrícolas (94,4%), sendo que 40,3% na indústria transformativa, 25,9% nos serviços distributivos e 11,3% em serviços produtivos (ver Tabela 2.3).

Ao incorporar à análise a problemática da distribuição setorial, cabe explicitar particularmente o conteúdo dos grandes setores de serviços, já que as classificações de indústria extrativa e indústria transformativa seguem o entendimento estabelecido.²⁸ Os setores de serviços são classificados de acordo com o destino da sua prestação e o seu caráter coletivo ou individual. Os serviços distributivos abarcam os processos de distribuição dos bens aos consumidores finais; os serviços produtivos dizem respeito ao fornecimento de serviços a outros produtores, sendo, por natureza, serviços intermédios e não de resultado final; os serviços sociais se dirigem mais às necessidades e demandas coletivas; por fim, os serviços pessoais, mais heterogêneos, possuem em comum a orientação ao consumidor individual.

TABELA 2.2
Distribuição das posições e segmentos de classe
dos indivíduos e das pessoas de referência da família - Brasil, 1996

Posições e segmentos de classe	Indivíduos		Pessoas de referência da família	
	Frequência absoluta	(%)	Frequência absoluta	(%)
Capitalistas	315.164	0,5	233.483	0,7
Peguenos empregadores mais capitalizados	830.477	1,3	580.045	1,8
Peguenos empregadores menos capitalizados	1.504.784	2,4	1.040.746	4,0
Auto-empregados especialistas	430.991	0,7	271.961	0,8
Auto-empregados capitalizados	4.445.452	7,0	2.967.654	9,2
Auto-empregados descapitalizados	6.499.393	10,2	3.533.488	11,0
Auto-empregados agrícolas	8.641.020	13,5	4.361.868	13,5
Gerentes/supervisores credenciados	516.508	0,8	352.144	1,1
Gerentes/supervisores não credenciados	1.642.768	2,6	1.088.618	3,4
Empregados especialistas	1.129.735	1,8	666.514	2,2
Trabalhadores qualificados	2.438.901	3,8	1.128.451	3,5
Trabalhadores manuais da indústria e serviços	19.734.945	30,9	10.165.695	31,5
Trabalhadores não manuais de rotina	5.095.792	8,0	1.417.408	4,4
Trabalhadores não manuais mais graduados	1.202.890	1,9	607.109	1,9
Trabalhadores manuais agrícolas	4.476.973	7,0	2.575.838	8,0
Empregados domésticos	5.001.263	7,8	1.260.060	3,9
TOTAL	63.943.056	100,0	32.250.531	100,0

FONTE: IBGE, PNAD 1996 em Microdados. Dados expandidos.

Distribuição das posições e segmentos de classe dos indivíduos segundo os grandes setores econômicos - Brasil, 1996

TABELA 2.3

(Conclusão)

Posições e segmentos de classe	Indústria extrativa	Indústria transformativa	Serviços distributivos	Serviços produtivos	Serviços sociais	Serviços pessoais
Gerentes/supervisores	145.294	444.951	409.183	153.847	358.377	131.116
Empregados não credenciados	(8,8)	(27,1)	(24,9)	(9,4)	(21,8)	(8,0)
Empregados especialistas	8.849	200.691	52.685	190.213	659.055	18.242
	(0,8)	(17,8)	(4,7)	(16,8)	(58,3)	(1,6)
Trabalhadores qualificados	26.350	620.903	88.178	214.156	1.263.532	225.782
	(1,1)	(25,5)	(3,6)	(8,8)	(51,8)	(9,3)
Trabalhadores manuais da indústria e serviços	298.795	7.456.543	4.765.009	948.469	3.397.929	2.868.200
	(1,5)	(37,8)	(24,1)	(4,8)	(17,2)	(14,5)
Trabalhadores manuais de rotina	16.666	553.741	812.787	744.457	2.754.707	213.434
	(0,3)	(10,9)	(16,0)	(19,0)	(54,1)	(4,2)
Trabalhadores manuais mais graduados	5.243	164.852	203.464	453.872	356.461	18.998
	(0,4)	(13,7)	(16,9)	(37,7)	(29,6)	(1,6)
Trabalhadores manuais agrícolas	4.326.255	88.716	13.863	11.014	29.052	8.073
	(96,6)	(2,0)	(0,3)	(0,2)	(0,6)	(0,2)
Empregados domésticos	14.025.187	12.661.251	11.135.543	3.635.125	9.517.431	12.932.519
	(21,9)	(19,8)	(17,4)	(5,7)	(14,9)	(20,2)
TOTAL						

FONTE - IBGE. PNAD 1996 em Microrregiões. Dados expandidos.

(*) Como na caracterização dos auto-empregados agrícolas considerou-se a "posição na ocupação" e a natureza da ocupação, mas não o setor do empreendimento, aparecem alguns casos em serviços produtivos.

NOTA: Percentagens entre parênteses.

Distribuição das posições e segmentos de classe dos indivíduos segundo os grandes setores econômicos - Brasil, 1996

TABELA 2.3

(Continua)

Posições e segmentos de classe	Indústria extrativa	Indústria transformativa	Serviços distributivos	Serviços produtivos	Serviços sociais	Serviços pessoais
Capitalistas	19.609	126.992	81.625	35.659	24.024	27.255
	(6,2)	(40,3)	(25,9)	(11,3)	(7,6)	(8,6)
Req. empregadores mais capitalizados	68.922	207.080	264.580	72.030	35.941	291.216
	(8,3)	(24,9)	(31,8)	(8,7)	(4,3)	(19,4)
Req. empregadores menos capitalizados	429.341	219.518	435.784	72.612	45.917	301.191
	(28,5)	(15,3)	(29,0)	(4,8)	(3,1)	(20,0)
Auto-empregados especialistas	1.454	3.004	249.156	165.113	12.264	1.495.479
	(0,3)	(0,7)	(57,8)	(38,3)	(2,8)	(33,6)
Auto-empregados capitalizados	8.643	522.490	2.052.242	272.971	93.627	1.406.397
	(0,2)	(11,8)	(46,2)	(6,1)	(2,1)	(33,6)
Auto-empregados descapitalizados	37.309	2.951.800	1.883.504	92.251	128.132	1.406.397
	(0,6)	(45,4)	(29,0)	(1,4)	(2,0)	(21,6)
Auto-empregados agrícolas (*)	8.628.157		12.863	111.555	205.230	20.251
	(99,9)		(0,1)	(21,6)	(39,7)	(3,9)
Gerentes/supervisores credenciados	7.508	103.219	68.745	111.555	205.230	20.251
	(1,5)	(20,0)	(13,3)	(21,6)	(39,7)	(3,9)

No tocante ao setor agrário, cabe observar também que as pesquisas domiciliares, como a PNAD, não permitem abordar a conformação da grande propriedade fundiária. O Censo Agropecuario de 1995/96 revela que, no Brasil, os estabelecimentos com mil hectares ou mais representam 1,0% do total, mas controlam 45,1% das terras.³⁰ Cálculos baseados em três medidas distintas de desigualdade mostram que, em vez de uma diminuição, houve mesmo um certo aumento da desigualdade da distribuição da posse da terra, nos vinte e cinco anos que separaram os Censos Agropecuarios de 1970 e 1995/96.³¹ Os dados do último Censo revelam que, enquanto os 5,0% maiores estabelecimentos controlam 68,8% das terras, os 50,0% menores apropriam-se apenas de 2,3% das áreas.³² Os efetivos de grandes proprietários fundiários estão, na sua grande parte, diluídos dentro da categoria de capitalistas.³³ A análise aqui conduzida, baseada nos dados da PNAD, limita-se ao padrão de distribuição das quantidades de áreas dos empreendimentos entre os denominados capitalistas. Leve-se em conta que, conforme os dados da PNAD de 1996, a posse de 90 ha ou mais implica no ingresso no topo dos 10,0% com mais áreas controladas. Dados do Censo Agropecuario de 1995/96 mostram que as áreas médias e medianas dos estabelecimentos no país são, respectivamente, de 73,1 e de 10,1 hectares.³⁴ Nos empreendimentos do ramo agrícola, excluídos serviços auxiliares, 94,2% dos capitalistas são proprietários da terra. Entre os capitalistas agrícolas, 97,8% controlam mais de 50 hectares, sendo que 86,7% mais de 100 hectares e 49,7% acima de 500 hectares. Os dados levantados pela PNAD sobre as quantidades de áreas dos empreendimentos, cabe registrar, não parecem fornecer uma base sólida e representativa para abordar a análise do grau de concentração da terra entre as categorias de empreendimentos agrícolas.³⁵

Os capitalistas possuem um nível significativo de integração com os complexos agroindustriais a jusante. Entre os 95,2% que venderam parte da produção principal, 66,0% fizeram-no para empresas ou cooperativas (sobre o ramo agrícola, ver Tabelas 2.9, 2.10 e 2.11, ao final).³⁶ A dinâmica da agricultura, esclarece Graziano

da Silva, é comandada pelos complexos agroindustriais constituídos através da integração intersectorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras. Grande parte das atividades agrícolas se integrou profundamente na matriz de relações interindustriais dos ramos e setores que compõem cada complexo agroindustrial. Além da existência de fluxos de transações significativos entre os diversos componentes, existe uma dinâmica articulada entre *indústria para a agricultura-agricultura-agroindústria*.³⁶

Os pequenos empregadores foram segmentados, recorrendo-se aos indicadores disponíveis da dimensão do capital investido no negócio. Os pequenos empregadores mais capitalizados representam uma pequena fração de 1,3 a 1,8% das posições. Possuem um nível mais ponderável de controle de ativos de capital, pois se compõem de empregadores não agrícolas que, concomitantemente, ocupam de 3 a 10 empregados e cujos locais de estabelecimento do empreendimento do trabalho consistem em loja, oficina, fábrica ou escritório.³⁷ Incluem-se entre os pequenos empregadores agrícolas mais capitalizados aqueles que contratam de 3 a 10 empregados permanentes.³⁸ Esse segmento se destaca pela presença elevada de sócios ocupados no trabalho (58,2%), o que se correlaciona com a maior capitalização do negócio e reflete, possivelmente, a agregação de outros membros da família ao empreendimento.³⁹ Essa situação de co-propriedade parece não afetar negativamente o nível de renda de renda individual. Ao contribuir para a maior capitalização do negócio, a co-propriedade pode estar potencializando o fluxo de renda do empreendimento e mesmo colocando-o em um patamar superior à divisão da renda entre os sócios. Os pequenos empregadores mais capitalizados têm uma renda média 83,0% maior que a dos pequenos empregadores menos capitalizados, onde a incidência de sócios ocupados no trabalho é menor (37,3%).⁴⁰ Entre os pequenos empregadores mais capitalizados, apenas 7,9% têm dois ou mais trabalhos.⁴¹ De modo semelhante aos capitalistas, 92,2% estão em setores não agrícolas. Distribuem-se de maneira especial nos serviços distributivos (31,8%), na indústria transformativa (24,9%) e nos serviços pessoais (21,9%) (ver Tabela 2.3).

Nos empreendimentos do ramo agrícola, exclusive serviços auxiliares, 89,5% dos pequenos empregadores mais capitalizados são proprietários da terra. Em termos de distribuição da quantidade de áreas apropriadas, 82,1% controlam mais de 50 hectares — sendo que 54,4% controlam mais de 200 hectares — e 31,4% possuem mais de 500 hectares. De modo semelhante aos capitalistas, os pequenos empregadores mais capitalizados possuem um grau significativo de integração com os complexos agroindustriais a jusante, pois, entre os 86,6% que venderam parte da produção principal, 60,1% fizeram-no para empresas ou cooperativas. (Sobre o ramo agrícola, ver Tabelas 2.9, 2.10 e 2.11, ao final.)

Delimitação da pequena burguesia urbana e sua diferenciação das formas de trabalho precário entre os auto-empregados

Os pequenos empregadores menos capitalizados perfazem um contingente duplamente maior que os pequenos empregadores mais capitalizados, representando 2,4% dos indivíduos e 4,0% das pessoas de referência da família. Encarnam, no âmbito não agrícola, os micronegócios sem instalações específicas e que mobilizam forças de trabalho ínfimas. Incluem-se, nesse segmento, os empregadores que ocupam de 1 a 2 empregados e/ou cujo local estabelecido para o empreendimento do trabalho pode consistir no domicílio em que morava, em domicílio do sócio ou freguês, em local designado pelo cliente, em veículo automotor ou em via ou área pública. No setor agrícola, abarcam os empregadores com 1, 2 ou nenhum empregado permanente (neste caso, empregam apenas empregados temporários). Aqueles que possuem dois ou mais trabalhos formam apenas 8,3% dos casos.⁴² Em termos do corte setorial agrícola, 71,7%

dos casos estão posicionados em setores não agrícolas e 28,3% no setor agrícola.⁴³ Nos setores não agrícolas se destacam nos serviços distributivos (29,0%), os serviços pessoais (19,4%) e a indústria transformativa (15,3%). Nos empreendimentos do ramo agrícola, exclusive serviços auxiliares, 86,7% são proprietários da terra. Entre os empregadores agrícolas menos capitalizados, 61,2% controlam mais de 25 hectares, porém, 25,5% controlam menos de 10 hectares, sendo que 17,0% possuem apenas 5 hectares ou menos de terra. O grau de integração dos pequenos empregadores menos capitalizados com os complexos agroindustriais a jusante é restrito a 37,9% dos casos, entre os 86,6% que venderam parte da produção principal. (Sobre o ramo agrícola, ver Tabelas ao final.)

Representados na tipologia pela categoria diferenciada de auto-empregados especialistas, os profissionais liberais típicos conjuam a condição de auto-emprego com o controle de ativos de qualificação credenciada. Wright admite, ainda que com dúvidas, a possibilidade de diferenciar internamente a pequena-burguesia sob a base do montante de "ativos de capital *humano* possuídos".⁴⁴ O critério segmentador de controle de ativos de qualificação, que dá origem à categoria diferenciada de auto-empregados especialistas, recebe aqui uma solução dicotômica implícita, pois os demais auto-empregados são considerados não-especialistas. Formam na tipologia 0,7% dos indivíduos e 0,9% das pessoas de referência da família, não chegando, portanto, a atingir 1,0% da distribuição, apesar dos empregadores com apenas um empregado e especialistas por ocupação (advogado, médico etc.) terem sido considerados auto-empregados especialistas. A propriedade de ativos de qualificação foi considerada, nesses casos, o nexo de classe principal em relação à condição de empregador de um único trabalhador auxiliar (atendente, secretária etc.). Entre esses, 21,0% possuem dois ou mais trabalhos em que são empregados (76,3%), empregadores (10,6%) ou contraproprias (8,4%). Estão altamente concentrados em apenas dois setores de atividade econômica: 57,8% em serviços produtivos e 38,3% em serviços sociais.

Os auto-empregados capitalizados não agrícolas possuem certo nível de controle sobre um "capital físico" materializado em instalações e equipamentos.⁴⁵ Representam um contingente ponderável, pois perfazem de 7,0% a 9,2% das posições e segmentos de classe. São integrados por aqueles cujo local de estabelecimento do empreendimento do trabalho consiste em loja, oficina, fábrica e escritório (87,0%) ou em veículo automotor (13,0%). O fato do empreendimento possuir "estabelecimento", seja próprio ou alugado, de terceiro, além de traduzir um nível de capital investido no negócio, tem implicações mais favoráveis sobre o exercício da atividade econômica no espaço urbano. A posse de veículo automotor — inerente à atividade de taxistas, "fretistas", "peruicos" e caminhoneiros — implica também em uma disponibilidade de suficiente capital para constituir o negócio e trabalhar para si. A imensa maioria (95,5%) tem nesse empreendimento o seu único trabalho. As atividades dos auto-empregados capitalizados se concentram basicamente em dois grandes setores: 46,2% em serviços distributivos e 33,6% em serviços pessoais.

Atingido o ponto atual da incursão descritiva e analítica pode-se então delimitar, de modo mais apropriado, o universo da denominada pequena burguesia urbana. Segundo a posição de classe dos indivíduos, os contornos da pequena burguesia urbana abarcariam os pequenos empregadores urbanos menos capitalizados (1,2%), os auto-empregados não agrícolas capitalizados (7,0%) e os auto-empregados especialistas (0,7%). A dominância do pólo pequeno-burguês desses microempregadores autoriza a sua combinação em uma posição de classe mais genérica de pequena burguesia.⁴⁶

Os auto-empregados descapitalizados formam o terceiro grande agrupamento da tipologia segmentada, perfazendo 10,2% dos indivíduos e 11,0% das pessoas de referência da família. Incluem-se nesse segmento aqueles auto-empregados cujo local de estabelecimento do empreendimento do trabalho consiste no domicílio em que morava, em domicílio do sócio ou freguês, em local designado pelo cliente ou em via ou área pública. A grande maioria não chega

propriamente a controlar ativos de capital e se limita a contar com o uso da própria capacidade de trabalho. Em poucos casos (6,0%), considerando a natureza da ocupação, a força de trabalho incorpora recursos de qualificação. Nessas condições, o auto-emprego representa uma forma de trabalho precário antes de ser uma manifestação da disponibilidade de recursos para "trabalhar para si". A imensa maioria (95,5%) tem nessa atividade o seu único trabalho e não possui sócios no negócio (93,0%). Menos de 9,0% ocupa trabalhadores não remunerados, membros do domicílio, contra quase 17,0% dos auto-empregados capitalizados, o que revela que a sua atividade depende quase que exclusivamente do esforço individual. A natureza e a dimensão do empreendimento parecem deprimir a capacidade de agregar mão-de-obra não remunerada familiar. A sobrevivência econômica se baseia na reprodução constante do esforço de trabalho, pois apenas 5,7% desses possuem outras fontes de renda não oriundas do trabalho. O domicílio corresponde ao local de estabelecimento do empreendimento de 39,0%, enquanto 35,7% trabalham em local designado pelo freguês e 17,5% em área ou via pública. A maior incidência na distribuição setorial (45,4%) vem das atividades de indústria transformativa. Entre os engajados nessas atividades, totalizando 84,8% dos casos, 44,0% são pedreiros, 24,4% costureiras, 7,5% pintores, 4,5% bordadeiras e 4,4% marceneiros ou carpinteiros.⁴⁷ Nos serviços distributivos, onde se agrupam 29,0% desse segmento, 63,0% são ambulantes, 21,0% possuem micro-comércio domiciliares e 7,0% são feirantes. Nos serviços pessoais, que abarcam 21,6% das situações, os principais grupos ocupacionais são de serviços diversos (15,3%), passadeiras (12,9%), manicures (10,8%), eletricitistas, eletrotécnicos e similares (9,6%) e cabeleireiros (7,3%). No conjunto do segmento, sem considerar a divisão em setores econômicos, 62,1% dos casos estão compreendidos em cinco agrupamentos ocupacionais: pedreiros (20,0%), ambulantes diversos (18,2%), costureiras (11,1%), micronegócios domiciliares (9,4%) e pintores (3,4%).

Produtores camponeses inseridos no mercado e trabalhadores excluídos no mundo rural

Os auto-empregados agrícolas, formando o segundo segmento mais importante da tipologia, expressam o universo dos produtores camponeses e dos trabalhadores excluídos na esfera do mundo rural. Representam 13,5% dos indivíduos ou pessoas de referência da família e quase 40,0% do conjunto dos auto-empregados. Compõem-se de 49,0% de conta-próprias, 33,5% de trabalhadores na produção para o próprio consumo e 17,4% de trabalhadores não remunerados, a que foram atribuídas posições de classe derivadas da pessoa de referência do domicílio.

Os trabalhadores na produção para o próprio consumo formam um contingente de pessoas que subsistem no horizonte e no limite do autoconsumo, à margem da produção mercantil. Como as atividades produtivas desses trabalhadores não geram nenhuma "sobra" passível de ser convertida em renda, não possuem renda do trabalho. Além disso, apenas 3,6% auferem rendimentos não oriundos do trabalho.⁴⁸ A imensa maioria não tem renda do trabalho nem renda de espécie alguma. Os trabalhadores na produção para o próprio consumo estão na fronteira mais avançada da exclusão social que impera no mundo rural.

No tocante aos conta-próprias agrícolas — cuja ampla maioria (94,6%) faz dessa atividade o seu único trabalho —, importantes fatores caracterizadores e diferenciadores devem ser considerados. Quanto às formas de acesso à terra, 60,3% são proprietários de terra, 13,9% cessionários, 12,2% parceiros e 8,6% arrendatários. Os posseiros são apenas 3,4%. A propriedade da terra se distingue de outras formas de acesso precário a esse meio de produção fundamental. Além disso, parceiros e arrendatários sofrem punções sobre a sua renda por parte do proprietário da terra. Posseiros vêm-se compelidos, muitas vezes, a labutar em terras de menor produtividade e/ou mais distantes dos mercados. Em contraste com o

conjunto dos empregadores, 80,4% dos conta-próprias controlam 25 hectares ou menos de terra, sendo que 52,3% apropriam-se de 5 hectares ou menos e 33,2% de apenas 1 hectare ou menos. Mesmo entre os proprietários, que possuem uma situação menos desfavorável, 39,9% controlam um máximo de 5 ha, porém apenas 11,6% controlam 1 ha ou menos. A figura do cessionário corresponde ao conta-própria que trabalha em terra cedida por terceiros. Supõe-se, nesse caso, o amplo predomínio da cessão de terra por outro familiar, como o pai que cede uma área ao filho casado etc. Entre os cessionários, 74,3% trabalham numa área de até 5 ha de terra, sendo que 38,1% em 1 ha ou menos. Entre os parceiros, o contingente com acesso a até 5 ha corresponde a 67,0% e aquele com 1 ha ou menos representa 25,2%. Além disso, 50,0% do total dos parceiros se submetem ao sistema de "meia", forma das mais extorsivas de parceria, enquanto 21,0% devem realizar a entrega da "terça" parte da produção e os demais contratam modalidades mais brandas de parceria. Entre os arrendatários, por sua vez, 80,2% controlam até 5 ha, sendo que 40,2% arrendam 1 ha ou menos. A semelhança dos parceiros, a grande maioria se submete à extração da "renda-produzo", já que predomina amplamente entre os arrendatários o pagamento "somente em produtos" (74,2%), sendo minoritário o pagamento "somente em dinheiro" (19,7%) e muito reduzida a contrapartida realizada "somente em serviço" (2,5%) e mistra (3,6%). O arrendamento se caracteriza pelo pagamento de uma quantia fixa ao proprietário da terra, em dinheiro ou produtos, enquanto na parceria está implícita a partilha dos riscos e dos frutos, porém, em termos das relações econômico-sociais reais, "o pequeno arrendamento e a parceria têm muito mais elementos comuns do que elementos distintos".⁴⁹ A integração do conjunto dos conta-próprias com os complexos agroindustriais a jusante se limita a 22,3% dos casos, em que venderam a sua produção para empresas ou cooperativas, entre os 77,4% que venderam parte da produção principal. A grande maioria comercializa a produção com intermediários particulares (58,7%) e mesmo com o próprio consumidor direto (17,7%). (Ver Tabelas 2.9, 2.10, 2.11 e 2.12, ao final.) Graziano da Silva alerta que a agricultura

brasileira de hoje, em sua estrutura complexa, heterogênea e multi-determinada, só pode ser entendida considerando os Complexos Agroindustriais (CAIs) que a perpassam e segmentam. O fim de século indicaria uma agropecuária segmentada em produtores integridos ou não integridos aos CAIs. Os produtores não integridos — sejam grandes ou pequenos, em termos de áreas controladas — estariam circunscritos a atividades produtivas mais marginais. De modo especial, os produtores pequenos e localizados nas regiões Norte e Nordeste estariam condenados à produção para autoconsumo, ou, quando muito, para fornecimento direto às populações locais.⁵⁰

Os contornos de uma categoria ampliada de produtores camponeses inseridos na esfera da produção mercantil e que percebem rendas do trabalho, visando delimitar a pequena burguesia rural, estariam delimitados pelos conta-próprias e seus dependentes ativos mais os pequenos empregadores agrícolas menos capitalizados.⁵¹ Esse conjunto forma em torno de 9,7% das posições de classe dos indivíduos, constituídas na tipologia segmentada.

As posições de classe média assalariada

As posições de classe média assalariada estão tipificadas especialmente nas posições de especialistas, gerentes/supervisores credenciados e, de forma mais imperfeita e restrita, em decorrência da sua heterogeneidade, em parte majoritária da categoria de gerentes/supervisores não credenciados.

Os gerentes correspondem às posições que estão diretamente envolvidas na tomada de decisões de política no local de trabalho e que possuem autoridade efetiva sobre subordinados, enquanto os supervisores representam posições que possuem autoridade efetiva sobre subordinados, mas não estão envolvidos em tomadas de

decisão na organização.⁵² Os gerentes se engajam em práticas de dominação e detêm uma posição estratégica na organização da produção. Em função disso, ocupam uma *localização privilegiada de apropriação* dentro das relações de exploração, estando em uma espécie de posição de confluência das relações de dominação e de exploração.⁵³

A categoria híbrida de gerentes/supervisores sofre uma dicotomização em termos de posse de ativos de qualificação.⁵⁴ Pretendeu-se com essa estratégia reintroduzir, em certa medida, a diferenciação entre gerentes e supervisores, o que a PNAD não permitiu realizar, na expectativa de que a maioria dos gerentes seriam comparativamente mais credenciados, em relação aos supervisores. Os empregados gerentes/supervisores credenciados compreendem os gerentes ou supervisores por título ou grupo ocupacional e portadores de curso superior completo, enquanto os gerentes/supervisores não credenciados abarcam todos os que possuem 14 anos ou menos de estudo. Todos os gerentes/supervisores representam 3,4% dos indivíduos e 4,5% das pessoas de referência da família, sendo que apenas 0,8% e 1,1%, respectivamente, são gerentes/supervisores credenciados. Trata-se de um contingente relativamente restrito. A PNAD registra a ocupação real do indivíduo, fazendo certo nível de distinção da posição na hierarquia organizacional, mas não afere e mensura o tipo e grau de autoridade exercida. Considerando-se o critério ocupacional formal, não parece subestimar o contingente de gerentes e supervisores.⁵⁵ Esses resultados não são comparáveis com os levantamentos realizados no âmbito do projeto coordenado por Erik Wright. Dados relativos a seis importantes países desenvolvidos mostram que o conjunto gerente/supervisor compõe um mínimo de 20,6% na Suécia e um máximo de 28,6% nos Estados Unidos.⁵⁶ A solução operacional permitida pela PNAD, que se baseia no título ou grupo ocupacional, equivale ao critério de posição de autoridade na hierarquia formal da empresa. O trabalho de Wright considera diversos indicadores de exercício de poder decisório e de autoridade sobre subordinados que não se limitam à denominação ocupacional formal. Entretanto, a grande discrepância entre tais resultados

e aqueles obtidos para o Brasil decorre não tanto de divergências operacionais, mas de diferenças reais entre as estruturas de classe. (A restrição do peso relativo do agrupamento gerente/supervisor guarda relação com a dimensão muito elevada da posição de auto-empregados no Brasil, que naturalmente restringe o peso relativo dos segmentos de assalariados, e do papel nos países desenvolvidos das grandes empresas e das estruturas vinculadas ao Estado, que reprodutem com mais força as hierarquias gerenciais.

Entre os gerentes/supervisores credenciados, 99,0% dos indivíduos estão em setores não agrícolas, contra 91,3% dos não credenciados. A maioria dos credenciados se distribui nos serviços pessoais (39,7%), nos serviços produtivos (21,6%) e na indústria transformativa (20,0%). Já entre os não credenciados, predominam a indústria transformativa (27,0%), os serviços distributivos (24,9%) e os serviços pessoais (21,8%). Em torno de 76,7% das posições de gerência/supervisão não credenciadas estão no setor privado, enquanto as credenciadas se encontram em proporção menor no mesmo, mas permanecem ainda assim majoritárias (56,9%). No setor privado, 87,6% dos gerentes/supervisores credenciados se concentram em empreendimentos que ocupam 11 pessoas ou mais, contra 76,3% dos não credenciados. Existem 12,4% de não credenciados em empreendimentos com até cinco pessoas ocupadas, mas apenas 7,0% de credenciados.⁵⁷ Entre os gerentes/supervisores credenciados que estão no setor de emprego público, perto da maioria absoluta se concentra na área estadual (48,2%), vindo em segundo lugar a área federal, com 31,2% dos casos. Já entre os gerentes/supervisores não credenciados se configura um quadro bem diferente, pois a maioria (41,1%) se localiza na área municipal e 38,7% na área estadual. (Ver Tabela 2.3, já mostrada, e Tabelas 2.8 e 2.9, ao final.)

Uma pequena fração (7,9%) dos gerentes/supervisores credenciados possui dois ou mais trabalhos, em que são também empregados (56,9%) ou contra-próprias (32,6%). Já a incidência de dois ou mais trabalhos entre os não credenciados é bem menor (3,7%). O nível educacional dos gerentes/supervisores não credenciados, expressos em anos de estudo, indica a heterogeneidade da categoria:

53,0% possuem de 9 a 14 anos de estudo e 47,0% detêm 8 anos ou menos, sendo que 23,0% têm até 4 anos de estudo. A renda média da categoria é superior, porém, relativamente próxima à dos trabalhadores não manuais mais graduados e dos trabalhadores qualificados.⁵⁸

Os empregados especialistas compreendem os especialistas por título ou grupo ocupacional, notadamente os titulares de profissões credenciadas e detentores de conhecimentos ou qualificações escassas acerca dos sistemas peritos.⁵⁹ Entende-se por sistemas peritos os sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes materiais e sociais.⁶⁰ Os grupos profissionais criam e propõem corpos particulares de conhecimento, que jogam papéis importantes na moldagem das situações humanas.⁶¹ Qualificação e perícia designam um ativo incorporado à força de trabalho, que aumenta o seu poder nos mercados e nos processos de trabalho. Muitas vezes essa força "incrementada" é certificada sob a forma de credenciais, mas em algumas circunstâncias, qualificação e perícia podem funcionar sem essa certificação.⁶² Os empregados especialistas conformam 1,8% dos indivíduos e 1,9% das pessoas de referência da família. Ao considerar o seu perfil ocupacional interno, constata-se que 68,0% dos integrantes são, conforme a sua ordem quantitativa de importância, médicos, engenheiros, auditores ou contadores, especialistas em educação, professores de ensino superior, especialistas em computação e advogados. Entre esses, 17,3% se engajam em dois ou mais trabalhos, onde se apresentam também como empregados (61,5%), contra-próprias (26,6%) ou empregadores (10,2%). A imensa maioria dos quadros especialistas (99,0%) está engajada em empresas de setores não agrícolas, notadamente serviços sociais (58,3%), indústria transformativa (17,8%) e serviços produtivos (16,8%). A maioria absoluta se localiza no setor público (50,9%), com o setor privado, no entanto, em posição bem próxima (49,1%).⁶³ No âmbito do setor privado, 80,2% se mantêm em empreendimentos com 11 ou mais ocupados. No setor de emprego público, os empregados especialistas estão distribuídos particularmente na área estadual (48,5%) e federal (31,6%). (Ver Tabela 2.3, já exposta, e Tabelas 2.8 e 2.9, ao final.)

A classe trabalhadora "ampliada" e a segmentação ocupacional dos trabalhadores

Wright delimita, na denominada tipologia desenvolvida de localizações de classe, uma classe trabalhadora "ampliada", abarcando os trabalhadores qualificados, os supervisores não qualificados e os trabalhadores despossuídos de ativos de qualificação e que não exercem autoridade.⁶⁴ Como os grupos ocupacionais da PNAD nem sempre diferenciavam alta e média gerência das posições de primeira linha de supervisão, o que impôs a necessidade de reunir gerentes e supervisores em um mesmo agrupamento, foi perdida a possibilidade de destacar, em separado, a posição de supervisores.⁶⁵

Os trabalhadores qualificados somam 3,8% dos indivíduos e 3,7% das pessoas de referência da família. A noção de qualificação (*skill*), presente na categoria intermediária de trabalhador qualificado, se vincula à idêntica mais geral de força de trabalho potencializada ou complexa, distinta da capacidade de trabalho simples ou não desenvolvida.⁶⁶ No mapa de posições e segmentos de classe, os trabalhadores qualificados compõem-se de empregados qualificados caracterizados conforme os grupos ocupacionais, notadamente trabalhadores de "ofício", professores de 1º e 2º graus, técnicos e detentores de nível médio, intermediário ou semiprofissional, de conhecimentos ou qualificações escassas acerca dos sistemas peritos.⁶⁷ Entre esses, 11,4% se engajam em dois ou mais trabalhos, onde são também empregados (72,0%) ou contra-próprios (22,1%). Assim como os empregados especialistas, mais de 99,0% estão em setores não agrícolas, sendo que 77,3% dos casos estão em apenas dois setores: 51,8% em serviços sociais e 25,5% na indústria transformativa. O setor privado abarca 56,8% das posições, estando 71,7% em empreendimentos com 11 ocupados ou mais, e o setor público, com presença expressiva, equivale a 43,2% dos casos. No setor de emprego público, se projeta sobremaneira o papel da área estadual (64,0%), seguida, a grande distância, pela área municipal (23,4%).

Localizam-se entre os trabalhadores qualificados cinquenta e cinco grupos ocupacionais, com destaque para os professores de 5ª a 8ª séries (14,4%), professores de 2º grau (10,8%), mecânicos ou técnicos de manutenção de máquinas e equipamentos (8,2%) e eletricitas, mestres ou técnicos eletricitas de manutenção de máquinas (6,3%). (Ver Tabela 2.3, já mostrada, e 2.8 e 2.9, ao final.)

A classe trabalhadora "pura", na acepção neomarxista de Erik Wright, consiste de empregados que, tendo posição subordinada nas dimensões de autoridade e de qualificação, são cumulativamente não-gerentes e não qualificados. Na tipologia "restrita" apresentada na Tabela 2.1, que tem uma abrangência maior, os trabalhadores "puros", sem considerar os empregados domésticos, perfazem 48,6% dos indivíduos e 45,5% das pessoas de referência da família. Os trabalhadores proletarizados foram diferenciados em quatro segmentos, considerando as divisões de trabalho agrícola/não agrícola, manual/não manual e as condições de emprego típicas de determinados grupos ocupacionais.⁶⁸ A imensa maioria de todos esses segmentos — entre 95,0% e 97,3% — exerce apenas um trabalho.

Os trabalhadores manuais da indústria e dos serviços foram agrupados em uma única categoria, levando em consideração, como condicionamento comum, a natureza manual do trabalho. Representam 68,8% da classe trabalhadora "pura" e 31,5% das posições constituídas das pessoas de referência da família. Distribuem-se particularmente na indústria transformativa (37,7%), nos serviços distributivos (24,1%) e nos serviços sociais (17,2%). O setor privado arregimenta a grande maioria (84,3%). No setor de emprego público encontram-se, notadamente, na área municipal (46,2%) e estadual (35,7%). Reflexo da destruição dos empregos industriais que se processa no país, as indústrias extrativas e transformativas absorvem 39,3% dos trabalhadores manuais e não controlam a maioria absoluta da categoria, ainda que se considere apenas o setor privado, onde somam 45,5%. Os trabalhadores manuais da indústria e dos serviços apresentam a menor incidência de emprego em estabelecimentos com 11 ou mais ocupados (57,0%) e parcela importante (28,4%) se localiza em empreendimentos com apenas até 5 ocupados.

Os trabalhadores manuais agrícolas somam 17,4% do conjunto da classe trabalhadora "pura" e 8,0% do total de posições das pessoas de referência da família.⁶⁹ A categoria contempla uma diferenciação ocupacional dentro do corte setorial agrícola, pois agrega as *ocupações manuais* existentes dentro desse setor de atividade econômica, já que exclui os gerentes, supervisores, técnicos e trabalhadores não manuais existentes no âmbito das atividades de agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, caça, pesca ou piscicultura. Os empregados permanentes formam uma maioria de 59,3% e os temporários correspondem a 40,7%.

Entre os trabalhadores, foram consideradas ocupações não manuais de rotina aquelas em que o trabalho é de natureza relativamente elementar ou — ainda quando não envolvam apenas trabalho rotineiro e elementar — que requerem uma formação educacional não escassa, dada a expansão da instrução escolar entre parcelas da força de trabalho disponível.⁷⁰ Esse segmento abarca as ocupações administrativas de rotina, as ocupações que requerem habilidades cujo desenvolvimento não exige treinamento especial e os professores "menos graduados", situados na base do sistema educacional nacional. Essas posições são ocupadas por 4,4% das pessoas de referência da família (mas 8,0% dos indivíduos) e formam 9,5% da classe trabalhadora. O setor de serviços sociais forma o terreno privilegiado do segmento (54,1% dos casos), secundado mais a distância pelos serviços distributivos (15,9%) e serviços produtivos (14,7%). O setor privado registra a maior incidência de posições (59,5%), com o setor público atingindo 40,5%. No setor privado, 62,1% estão em empreendimentos com 11 ocupados ou mais. Proporção idêntica se distribui em empreendimentos entre três e cinco e entre seis e dez ocupados (15,6%). Apenas 6,6% correspondem ao único empregado do empreendimento com dois ocupados. Os trabalhadores não manuais de rotina no setor de emprego público se concentram na área municipal (44,7%) e estadual (41,9%). (Ver Tabela 2.3, já apresentada, e Tabelas 2.8 e 2.9, ao final.) Apesar da dimensão do segmento e da diversidade de grupos ocupacionais nele encontrados, sete grupos ocupacionais perfazem 75,4% dos casos:

29,6% são agentes de escritório, 16,4% professores primários ou recreadoras, 10,6% atendentes diversos, 9,1% secretárias, 6,2% caixas no comércio, 4,5% escriturários diversos e 3,6% professores de jardim de infância ou maternal. A inclusão de professores primários ou recreadoras e de professores de jardim de infância ou maternal entre os trabalhadores não manuais de rotina, pode suscitar contestações, apesar dos baixos salários médios do segmento (em 1996 os salários-hora de todos os trabalhos eram, respectivamente, de 2,90 e 2,72 reais, contra 5,33 reais dos trabalhadores não manuais mais graduados). A decisão tomada procurou se ater à apreensão de mecanismos reais operantes no mercado de trabalho e considerou que a qualificação educacional desses grupos, maior que a média, não gera um maior poder de mercado. No contexto atual, representam ocupações que demandam uma formação educacional não escassa, dada a expansão da instrução escolar entre parcelas ponderáveis da força de trabalho disponível para o setor educacional. Além disso, o peso locacional, particularmente da área municipal do setor público, representa um condicionamento que rebaixa o potencial ocupacional. Por fim, ao contrário dos trabalhadores não manuais mais graduados, os professores "menos graduados" não exercem funções de confiança delegadas pelo empregador ou percebem gratificações típicas da ocupação que respondem por ponderáveis incrementos de rendimentos. A categoria está mais sujeita à proletarização devido ao nível mais baixo de requisitos de formação, em particular nas regiões interiores do país, à composição de gênero quase totalmente feminina e à depreciação do exercício profissional exclusivamente pedagógico, sem conexão com algum campo consagrado de conhecimento.⁷¹

As condições de emprego diferenciadoras dos trabalhadores não manuais "mais graduados" foram concebidas em termos de formação ou qualificação profissional, exercício de funções de confiança delegadas pelo empregador, percepção de gratificações de função ou desempenho típicas da ocupação e a incidência de condicionamentos institucionais vinculados ao emprego público. Os trabalhadores não manuais mais graduados totalizam, igualmente,

1,9% dos indivíduos e pessoas de referência da família e 4,2% do contingente geral da classe trabalhadora. Localizam-se particularmente nos serviços produtivos (37,2%), nos serviços pessoais (30,0%) e nos serviços distributivos (16,9%). A distribuição das posições entre os setores privado e público reproduz, quase literalmente, a situação encontrada entre os trabalhadores não manuais de rotina, com 59,6% das posições no setor privado e 40,4% no setor público. No setor privado, 75,7% se engajam em empreendimentos com 11 ocupados ou mais, ao passo que proporção quase igual está em empreendimentos que comportam entre três e cinco (10,5%) e entre seis e dez ocupados (10,7%). No interior do setor de emprego público, 47,1% dos trabalhadores não manuais mais graduados estão na área estadual, 36,1% se mantêm na área federal, sendo bem reduzida a contribuição municipal. (Ver Tabela 2.3, já apresentada, e Tabelas 2.8 e 2.9, ao final.) Três grupos ocupacionais contabilizam 60,8% dos casos: os agentes, assistentes e oficiais (administrativos ou não) no setor público representam 24,3%, os tesoureiros 19,0% e os agentes, inspetores ou técnicos de vendas 17,5%.

A especificação da posição de empregados domésticos na tipologia leva em conta o peso, a composição social e a natureza da posição dos empregados domésticos na divisão social do trabalho em países como o Brasil. Considerou-se adequado resguardar a especificidade do trabalho de produção de valores de uso para o âmbito domiciliar. Os códigos oficiais consideram como empregados domésticos aqueles que realizam prestação de trabalho de natureza contínua e onerosa à pessoa física ou à família, cujas atividades são exercidas para o âmbito residencial do empregador, não caracterizam a geração de lucro para terceiros e estão marcadas por uma relação de uma subordinação jurídica à figura do empregador. Na doutrina e na jurisprudência nacional há uma grande controvérsia sobre a natureza jurídica da situação dos diaristas. Aqueles que advogam a sua condição de trabalhadores autônomos realçam a inexistência de subordinação jurídica ao empregador e a natureza descontínua do trabalho.⁷² Em termos operacionais, a categoria abarca aqueles que são empregados domésticos por posição na ocupação e título ou grupo ocupacional. Os empregados domésticos

perfazem 7,8% das posições dos indivíduos e 3,9% das pessoas de referência da família na tipologia segmentada. Já na tipologia "res-trita", estampada na Tabela 2.1, que considera a posição na semana de referência e no ano, estando os respondentes desempregados ou inativos na semana de referência, os empregados domésticos chegam a corresponder a 8,6% dos indivíduos e 4,3% das pessoas de referência da família. Os trabalhadores que prestam serviços domésticos em apenas um domicílio são 82,7% e em mais de um domicílio 17,3%. O trabalho em mais de um domicílio pode ser tomado como indicador da condição de diarista. Os empregados domésticos representam o agrupamento em que é mais elevada a incidência de trabalho único (97,7%). Em termos de direitos trabalhistas e proteção social, eles se destacam dentre os empregados, pela ausência de carteira assinada (77,8%) e inexistência de contribuição para instituto de previdência pública (77,2%).

A distribuição das posições de classe nas grandes regiões geográficas

O desenvolvimento capitalista é atravessado por processos contritórios que afetam a sua articulação com o espaço. Surgem padrões socioespaciais de estratificação econômica e geográfica, em função da forma desequilibrada do processo de crescimento capitalista. A estruturação da força de trabalho e as divisões no mercado de trabalho afetam e são afetadas pelas distinções socioespaciais. O espaço é um produto das estruturas e processos fundamentais da sociedade e as próprias relações sociais estão imersas na dimensão espacial. As relações espaciais são intrínsecas a todos os aspectos da organização social. O espaço constitui uma presença multifacetada na estrutura social. As relações espaciais e sociais estabelecem entre si uma ação recíproca entre efeito e produto.⁷³

O desenvolvimento econômico se diferencia espacialmente e formam-se diferentes padrões e seqüências de desenvolvimento. A aceleração do desenvolvimento industrial no Brasil forjou uma disparidade crescente no agrupamento das atividades econômicas e nos níveis de renda entre as regiões. O ano de 1970 é o ponto máximo da concentração especificamente industrial, quando São Paulo controla 58,0% da indústria de transformação, e o período de 1970-1985 representa o momento principal da desconcentração regional industrial. De 1985 a 1995 assiste-se a uma inflexão do processo e existem indicadores do início de uma "suave" reconcentração industrial a partir da intensificação da abertura comercial.⁷⁴ Diniz e Grocco alertam que a nova configuração regional da indústria não pode ser compreendida apenas através do recorte estadual. Dados desagregados de aglomerações industriais relevantes apontam um processo de reconcentração geográfica da indústria, na região que vai do centro de Minas Gerais ao nordeste do Rio Grande do Sul. Novas áreas industriais relevantes, em cidades de porte médio, vêm emergindo nesse território.⁷⁵ No tocante ao conjunto da renda nacional, estimativas diferentes situam o ponto máximo dos desequilíbrios regionais em 1939 ou 1953. Instala-se, a partir daí, uma tendência declinante, mas com um comportamento sinuoso de avanços e retrocessos. No período mais recente há uma convergência de rendas regionais entre 1985 e 1990 e um processo de divergência nos anos seguintes. Esta direção divergente das rendas regionais se deu apesar da descentralização relativa da indústria dinâmica, pois o crescimento do produto gerado foi mais intenso nas regiões mais industrializadas. Ocorreu um processo de desconcentração urbana da indústria através do deslocamento do emprego industrial para o interior dos estados e um concomitante crescimento acentuado das ocupações de serviços nas regiões metropolitanas.⁷⁶

Os desequilíbrios entre as regiões e as especificidades espaciais, que envolvem o controle de recursos produtivos, os fluxos de renda e os padrões de relações sociais, interagem com a estrutura de posições e segmentos de classe. O Sudeste e o Nordeste respondem por 88,5% das posições existentes na tipologia, com o primeiro agregando 61,8% e o segundo 26,7%, conforme pode ser visto na

Tabela 2.4. As distribuições da PEA e dos ocupados apresentam resultado semelhante, mas a da população favorece particularmente o Nordeste, que atinge 29,6%. Ainda assim, o Sudeste abarca 58,8% das pessoas.

Concentram-se no Sudeste, em proporção bem superior ao seu peso (já elevado), na distribuição das posições de classe, os proprietários de ativos (de capital e de qualificação) e ocupantes de posições privilegiadas. Entre os capitalistas, 76,7% estão no Sudeste, com ênfase na indústria transformativa (84,6%) e nos serviços produtivos (79,0%). Além disso, 70,9% dos pequenos empregadores mais capitalizados estão na região, com destaque igualmente para a indústria transformativa (77,7%) e serviços produtivos (74,0%).

Entre os profissionais liberais típicos, o segmento mais privilegiado dentro dos auto-empregados, 78,3% se localizam no Sudeste. Essa hegemonia incontestada se expressa, da mesma forma, entre as posições de classe média assalariada, pois a região abarca 74,7% dos gerentes/supervisores credenciados, sobressaindo-se a contribuição regional desses postos na indústria transformativa (86,8%) e serviços produtivos (82,4%). Os empregados especialistas no Sudeste representam 72,7% do total, realçando-se, entre os setores com maior densidade, a indústria transformativa (84,2%) e os serviços produtivos (78,6%). Merece destaque, igualmente, o fato de 70,4% de trabalhadores qualificados estarem presentes nessa região, de modo especial na indústria transformativa (81,9%) e nos serviços pessoais (74,9%).

O Nordeste é a grande região dos auto-empregados agrícolas, tanto em termos absolutos quanto principalmente relativos, já que concentra 50,0% dos casos, o que corresponde quase ao dobro da sua contribuição para a constituição das posições de classe, que é de 26,7%. Ainda que esteja no Sudeste a maioria dos trabalhadores agrícolas (52,6%), o Nordeste engloba um contingente de 35,5%, bem superior ao seu peso no conjunto da estrutura de posições. Merece também realçar a presença no Nordeste dos auto-empregados urbanos menos capitalizados, de 30,4%, com ênfase para os serviços distributivos, onde são 39,2%.

TABELA 2.4

Distribuição das posições e segmentos de classe dos indivíduos segundo as grandes regiões geográficas - Brasil, 1996

Posições e segmentos de classe	(Continua)			
	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Nordeste
Capitalistas	5.400 (1,7)	16.548 (5,3)	241.804 (76,7)	51.412 (16,3)
Pequenos empregadores mais capitalizados	58.417 (3,4)	126.425 (9,0)	980.989 (70,9)	338.953 (16,7)
Pequenos empregadores menos capitalizados	27.828 (3,9)	74.983 (8,4)	588.962 (65,2)	138.704 (22,5)
Auto-empregados especialistas	7.213 (1,7)	31.760 (7,4)	337.416 (78,3)	54.602 (12,7)
Auto-empregados capitalizados	186.933 (4,2)	328.317 (7,4)	2.964.845 (64,4)	1.065.357 (24,0)
Auto-empregados descapitalizados	364.045 (5,6)	431.357 (6,6)	3.731.004 (57,4)	1.972.987 (30,4)
Auto-empregados agrícolas	184.832 (2,1)	610.090 (7,1)	3.527.610 (40,8)	4.318.488 (50,0)
Gerentes/supervisores credenciados	12.871 (2,5)	37.123 (7,2)	385.876 (74,7)	80.638 (15,6)

Fonte - IBGE. PNAD 1996 em Microdados. Dados expandidos.

Nota: Percentagens entre parênteses

TABELA 2.4

Distribuição das posições e segmentos de classe dos indivíduos segundo as grandes regiões geográficas - Brasil, 1996

Posições e segmentos de classe	(Conclusão)			
	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Nordeste
Gerentes/supervisores não credenciados	65.030 (4,0)	155.817 (9,5)	1.126.758 (68,6)	295.163 (18,0)
Empregados especialistas	100.351 (3,8)	82.033 (7,3)	821.842 (72,7)	182.893 (16,2)
Trabalhadores qualificados	100.351 (4,1)	184.789 (7,6)	1.717.763 (70,4)	435.998 (17,9)
Trabalhadores manuais da indústria e serviços	762.538 (3,9)	1.437.271 (7,3)	13.500.926 (68,4)	4.034.210 (20,4)
Trabalhadores não manuais de rotina	232.817 (4,6)	394.604 (7,7)	3.305.882 (64,9)	1.162.489 (22,8)
Trabalhadores não manuais mais graduados	62.239 (5,2)	105.360 (8,8)	798.091 (66,3)	237.110 (19,7)
Trabalhadores manuais agrícolas	61.014 (1,4)	468.064 (10,5)	2.356.343 (52,6)	1.591.552 (35,5)
Empregados domésticos	189.575 (3,8)	473.073 (9,5)	3.222.233 (64,4)	1.116.382 (22,3)
TOTAL	2.364.160 (3,7)	4.957.614 (7,8)	39.508.344 (61,8)	17.076.938 (26,7)

Na região Centro-Oeste estão apenas 7,8% das posições de classe, sendo semelhante a sua participação na população (7,5%) e na PEA (7,7%). Merecem registros os contingentes relativos de trabalhadores manuais agrícolas (10,5%), de gerentes/supervisores não credenciados (9,5%) e empregados domésticos (9,5%). Na contribuição para a distribuição nacional das posições, o aporte dos pequenos empregadores mais capitalizados (9,0% do total), predomina sobre o dos pequenos empregadores menos capitalizados (8,4%), sendo que ambos contribuem em patamar superior ao peso da região, no quadro global. Refletindo a vocação agrícola da região e um certo terreno propício à capitalização dos negócios, em comparação com outras regiões, como o Nordeste, no setor de indústria extrativa nacional (agricultura e extração mineral) os capitalistas da região são 17,6% do cômputo geral, os pequenos empregadores mais capitalizados 13,2% e os pequenos empregadores menos capitalizados 10,5%. A partir de meados da década de 1980 se consolida na região uma agricultura empresarial, com índices elevados de produtividade e vinculada aos mercados globais.⁷⁷

Sabe-se que a região Norte é sub-representada na PNAD, pois as estatísticas apresentadas referem-se somente à sua parcela urbana, já que o levantamento de dados exclui a área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá e, visando manter a homogeneidade dos resultados apresentados a partir de 1992, não se agregam as informações da área rural do estado de Tocantins, em que o levantamento é realizado.⁷⁸ A região Norte urbana, no âmbito da PNAD, abarca 4,2% da população, 3,7% da PEA e 3,7% das posições de classe. Feitas essas ponderações, cabe chamar a atenção para a participação dos trabalhadores não manuais mais graduados (5,2% do total) e de rotina (4,6% do total), com ênfase nos serviços sociais (8,6% no primeiro e 5,6% no segundo caso), onde tem força o setor público. Além disso, pontua a contribuição dos auto-empregados descapitalizados (5,6% do total), se sobressaindo o setor de serviços distributivos (7,6%), o que significa particularmente, nessa situação, auto-empregados ambulantes e em feiras.

Posição de classe, cor e gênero

As sociedades modernas caracterizam-se pela presença de grupos possuindo diferentes níveis de vantagens e desvantagens materiais e simbólicas em decorrência do seu acesso e participação diferencial na propriedade, produção e mercado. Os processos de classe, no entanto, não são os únicos fatores que contribuem na estruturação das desigualdades. Fatores como gênero, raça e idade são altamente significativos. Além disso, deve-se reconhecer a ocorrência de importantes variações entre as nações no papel e na combinação dessas dimensões.⁷⁹

Formam-se divisões socialmente construídas entre grupos sociais de acordo com a sua raça ou cor. As relações raciais dizem respeito, segundo John Rex, a um tipo particular de conflito entre grupos racialmente tipificados, que são diferencialmente localizados dentro do sistema global de estratificação social.⁸⁰ O racismo condiciona a distribuição das pessoas entre as posições de classe, ao intervir nos mecanismos de acesso, e em função das relações sociais de dominação, incorporadas nas estruturas do trabalho. O capitalismo, contraditoriamente, tende a solapar todas as diferenças qualitativas entre as categorias de trabalho, mas a classe capitalista tem necessidade dessas divisões qualitativas para a sua reprodução como classe dominante.⁸¹ Estudos da questão racial no Brasil concebem a discriminação de cor não tanto como uma herança do passado, mas principalmente como a expressão de um conflito de grupos raciais pela disputa de recursos sociais e econômicos escassos.⁸² Um trabalho de Peggy A. Lovel mostra que, no intervalo de 1960-1980, negros e brancos de igual posição continuavam a receber salários desiguais, apesar do longo período de crescimento econômico e mudança social sem precedentes no Brasil. O salário médio mensal das trabalhadoras brancas ainda era 89,0% superior ao das afro-brasileiras em 1980, porém essa diferença já tinha sido de 150,0% em 1960. Já entre os trabalhadores brancos, a diferença aumenta de 75,0% em 1960 para 78,0% em 1980. Foi comprovado, nesse

período, um aumento significativo do peso específico do fator discriminação racial na explicação dessas diferenças. Em 1960, tanto para homens quanto para mulheres afro-brasileiras, os déficits de capital humano eram responsáveis pela maior parte do fosso salarial, mas em 1980 registra-se uma elevação de poder explicativo da discriminação de mercado, devida estritamente ao fato do trabalhador ser afro-brasileiro.⁸⁵ Nelson do Valle demonstra que no Brasil a discriminação racial tem um efeito autônomo nas diferenças de educação e de renda entre as pessoas.⁸⁴ Estimativas com base na PNAD de 1988 mostram que a defasagem, em relação à população branca, na associação entre a educação do pai e a educação do descendente, devida apenas à discriminação é de 30,0% para os negros e de 37,0% para os pardos. Já no tocante às diferenças de rendimentos a discriminação no mercado de trabalho rebaixa em 36,0% a renda dos negros e em 21,0% a dos pardos. Os não brancos sofrem de uma dupla desvantagem, ou seja, são tanto menos capazes de converter atributos de capital humano em renda quanto de trazer vantagens de origem em benefícios para os filhos.⁸⁵

No Brasil a quase totalidade das posições de classe (99,4%) se distribui entre brancos (56,5%), pardos (36,5%) e negros (6,4%), sendo que o comportamento da PEA se mostra bem semelhante.⁸⁶ A Tabela 2.5 apresenta a distribuição, entre as posições e segmentos de classe, desses principais atributos de cor ou raça no Brasil.

A população branca concentra em suas mãos, em alto grau, as posições detentoras de ativos de capital, e controla tanto mais quanto maiores sejam os níveis de capitalização dos empreendimentos. Os indivíduos brancos representam 88,1% dos capitalistas e 80,2% dos pequenos empregadores mais capitalizados, além de proporções um tanto menores, mas ainda assim amplamente majoritárias, dos pequenos empregadores menos capitalizados (73,5%) e dos auto-empreendedores capitalizados (66,6%). No âmbito do auto-emprego, apenas entre os auto-empreendedores descapitalizados, que encarnam formas de trabalho precário e não tanto controle de ativos rentáveis, há um equilíbrio racial, com a população branca em ligeira maioria (53,1%), porém com frequência inferior à sua inserção geral no universo das posições de classe, da ordem de 56,5%.

A posição de classe média profissional e autônoma, traduzida nos auto-empreendedores especialistas, se mantém como estrato tipicamente branco (85,5%). A supremacia da população branca se exerce igualmente entre as posições privilegiadas de classe média assalariada, como os gerentes/supervisores credenciados (88,2%) e os empregados especialistas (82,3%).

O segmento mais heterogêneo, em que se entrecruzam as posições de classe média e de classe trabalhadora, de gerentes/supervisores não credenciados, está em sua ampla maioria sob o domínio da população branca (70,7%). O privilégio racial branco se estabelece também no acesso aos níveis intermediários ou semiprofissionais de controle de ativos de qualificação, encontrados entre os trabalhadores qualificados, com a "marca" da cor branca infundindo-se em 69,7% desse segmento.

Ao se considerar a situação racial do trabalhador proletário, percebe-se nitidamente uma linha demarcatória estabelecida na divisão trabalho manual/não manual. Os indivíduos brancos são fortemente majoritários entre os trabalhadores não manuais, sejam os mais graduados (70,4%) sejam os de rotina (65,3%). Entre os trabalhadores manuais da indústria e dos serviços se instala uma distribuição mais proporcional ao peso relativo do grupo de brancos e dos agrupamentos de pardos e negros. Na área não agrícola, os pardos e negros são maioria apenas entre os empregados domésticos (55,1%). No setor agrícola se constitui um terreno singular — que merece ser investigado mais detidamente — de "supremacia" quantitativa de pardos e negros. Esse bloco racial se transforma em maioria absoluta entre os auto-empreendedores agrícolas, que conjugam controle da terra com trabalho manual (52,3%), e entre os trabalhadores manuais agrícolas, que dispõem somente da sua capacidade de trabalho manual (59,8%).

Constituem-se diferentes formas de interconexão entre a posição de classe e o gênero. As relações de classe e de gênero se afetam reciprocamente umas às outras. A estrutura de gênero ajuda a explicar a disponibilidade de determinados empregos. As relações de classe

TABELA 2.5
Distribuição das posições e segmentos de classe dos indivíduos
segundo o gênero e a cor - Brasil, 1996

(Continua)

Posições e segmentos de classe	Gênero		Cor ou raça (principais)		
	Masculino	Feminino	Branca	Negra	Parda
Capitalistas	245.501 (77,9)	39.663 (22,1)	277.715 (88,1)	3.229 (1,0)	28.804 (9,1)
Pequenos empregadores mais capitalizados	617.525 (74,3)	213.373 (25,7)	666.442 (80,2)	17.522 (2,1)	131.599 (15,8)
Pequenos empregadores menos capitalizados	1.119.618 (74,4)	384.745 (25,6)	1.105.231 (73,5)	28.360 (1,9)	348.152 (23,1)
Auto-empregados especialistas	282.944 (65,6)	148.047 (34,4)	368.495 (85,5)	1.530 (0,4)	51.978 (12,1)
Auto-empregados capitalizados	3.365.166 (75,5)	1.093.843 (24,5)	2.958.455 (66,6)	162.832 (3,7)	1.290.734 (29,0)
Auto-empregados descapitalizados	3.713.540 (57,1)	2.793.265 (42,9)	3.448.881 (53,1)	424.976 (6,5)	2.583.407 (39,8)
Auto-empregados agrícolas	5.148.518 (59,5)	3.498.313 (40,5)	4.050.509 (46,9)	444.496 (5,1)	4.073.545 (47,2)
Gerentes/supervisores credenciados	332.749 (64,4)	183.759 (35,6)	455.573 (88,2)	7.401 (1,4)	48.685 (9,4)

FONTE - IBGE, PNAD 1996 em Microdados. Dados expandidos.

NOTA: Percentagens entre parênteses e separadas para gênero e cor

podem reforçar práticas de subordinação da mulher ao marido. O gênero funciona em muitas situações como um mecanismo de seleção para as posições de classe. Através do casamento o gênero constitui um modo como os vínculos mediadores com a estrutura de classe são organizados. O gênero pode também ter um papel causal interativo com a posição de classe na produção de determinadas consequências relevantes.⁸⁷ Estabelece-se na sociedade uma distribuição

TABELA 2.5
Distribuição das posições e segmentos de classe dos indivíduos
segundo o gênero e a cor - Brasil, 1996

(Conclusão)

Posições e segmentos de classe	Gênero		Cor ou raça (principais)		
	Masculino	Feminino	Branca	Negra	Parda
Gerentes/supervisores não credenciados	1.205.595 (73,4)	437.173 (26,6)	1.160.802 (70,7)	56.100 (3,4)	406.973 (24,8)
Empregados especialistas	686.148 (60,7)	443.587 (39,3)	929.997 (82,3)	20.076 (1,8)	157.423 (13,7)
Trabalhadores qualificados	1.380.760 (56,6)	1.058.141 (43,4)	1.698.391 (69,7)	102.308 (4,2)	609.560 (25,0)
Trabalhadores manuais da indústria e dos serviços	14.340.548 (72,7)	5.394.487 (27,3)	10.771.084 (54,6)	1.515.655 (7,7)	7.383.013 (37,4)
Trabalhadores não manuais de rotina	1.559.062 (30,6)	3.536.730 (69,4)	3.329.182 (65,3)	205.702 (4,0)	1.531.455 (30,1)
Trabalhadores não manuais mais graduados	700.797 (58,3)	502.093 (41,7)	846.490 (70,4)	37.301 (3,1)	309.149 (25,7)
Trabalhadores manuais agrícolas	3.928.276 (87,7)	550.113 (12,3)	1.781.505 (39,8)	493.656 (11,0)	2.184.412 (48,8)
Empregados domésticos	335.198 (6,7)	4.666.065 (93,3)	2.230.166 (44,6)	586.249 (11,7)	2.170.435 (43,4)
T O T A L	38.961.855 (60,9)	24.973.397 (39,1)	36.078.918 (56,5)	4.107.393 (6,4)	23.309.324 (36,5)

desigual de homens e mulheres na estrutura do emprego. Diferenças socialmente construídas entre homens e mulheres dão lugar a padrões de segregação de gênero que afetam o acesso aos empregos. O gênero chega mesmo a sobredeterminar as posições na estrutura social, na medida em que se formam grupos ocupacionais que passam a ser profundamente marcados pela condição masculina ou feminina de seus ocupantes.⁸⁸

A participação feminina nas atividades econômicas no Brasil vem aumentando de modo persistente desde a década de 1970. Nos anos 80 as mulheres que trabalham se concentram no terciário. A presença feminina é mais elevada particularmente entre os trabalhadores não remunerados. A concentração em guetos ocupacionais, ou seja, em *trabalhos de mulher*, contribui para deprimir os salários em relação ao homem. É restrito o acesso feminino a cargos executivos, de chefia e supervisão, o que influencia os padrões de remuneração das mulheres.⁸⁹ Ao longo da década de 1985-1995 pouco mudou a composição ocupacional do emprego feminino. Mantém-se a alocação preferencial a um conjunto de atividades: serviços pessoais, administração pública em educação e saúde, serviços de saúde e ensino privados em geral e serviços comunitários. Há uma perda de participação relativa na categoria de empregados (com e sem carteira de trabalho) e um aumento da inserção como empregadoras e empregadas domésticas, destacadamente como domésticas sem carteira. O efeito de desassalariamento é bastante diferenciado conforme o nível de instrução das mulheres. O aumento da precariedade e informalidade do trabalho parece se dar proporcionalmente entre homens e mulheres em geral. As mudanças restritivas no emprego estariam forçando uma migração de trabalhadores homens para atividades antes tipicamente femininas e fechando as oportunidades de emprego para as mulheres nos espaços de produção tipicamente masculinos, o que aumenta a dificuldade de inserção profissional e a taxa de desemprego feminino. Os diferenciais de rendimentos entre os sexos, segundo a posição da ocupação, tem diminuído, se bem que de modo vagaroso e irregular, à exceção das autônomas com diploma universitário. As mulheres melhoraram a sua posição relativa na condição de autônomas, onde os desníveis eram dos mais acentuados. O emprego doméstico informal, a partir de 1991, permite às mulheres auferir rendimentos mais próximos dos homólogos masculinos. A razão salarial entre homens e mulheres manifesta grande estabilidade temporal para a condição de empregados. Já o emprego assalariado sem carteira, que sofre tendência de degradação do valor médio do rendimento, registra aumento do diferencial de

remuneração entre os sexos a partir de 1992. Os dados analisados permitem formular a hipótese de que quanto maior a escolaridade feminina, maior a dispersão de renda entre os grupos ocupacionais. A escolaridade feminina, superior, na média, à masculina, pouco ajuda as mulheres a disputarem espaço no mercado de trabalho. Há uma certa indiferenciação nos efeitos, na remuneração entre a posse de 1ª ou 2ª graus completos e de curso superior, incompleto ou completo.⁹⁰

A noção de exclusão social serve de referência analítica para entender a relação da força de trabalho feminina com o mercado de trabalho. Posthuma e Lombardi consideram que a noção possui uma maior abrangência, pois expressa um processo dinâmico de desintegração social e realça os determinantes estruturais da "nova pobreza". Podem ser apontadas quatro formas de exclusão social em relação ao mercado de trabalho: desemprego aberto; formas precárias de inserção no mercado de trabalho; formas de trabalho não remunerado; exclusão das oportunidades para o desenvolvimento de novas habilidades. Metade da população economicamente ativa feminina trabalha no setor informal (contra-própria não profissional, familiar não remunerado e serviço doméstico). O processo de construção social de qualificações e identidades de trabalho "feminino" e "masculino" continua a reproduzir a segregação sexual. Persiste o acesso limitado ao aperfeiçoamento de capacitações, configurando uma das facetas da exclusão social da força de trabalho feminina.⁹¹

No Brasil, os homens formam uma clara maioria no mundo da produção e do trabalho, pois correspondem a 60,9% das posições de classe constituídas — conforme demonstra a Tabela 2.5 — e a 59,9% da PEA. Exercem, de modo especial, um amplo predomínio entre os controladores de ativos de capital, pois representam em torno de três quartos, para mais ou para menos, dos capitalistas, dos pequenos empregadores mais capitalizados, dos pequenos empregadores menos capitalizados e dos auto-empregados capitalizados.⁹² O predomínio masculino se exerce igualmente, porém com menor força, entre os profissionais liberais, que conjugam ativos de capital e de qualificação, já que aí as mulheres são 34,4% — 30,5% mulheres

brancas —, se aproximando mais do seu nível atual de inserção direta na esfera do trabalho, de 40,1% da PEA e 39,1% das posições definidas de classe.

A hegemonia masculina demonstra força entre os gerentes/supervisores não credenciados (73,4%). Entretanto, decai no âmbito dos gerentes/supervisores credenciados (64,4%). É significativo o fato das mulheres serem 35,6% dos gerentes/supervisores credenciados — sendo 31,3% de mulheres brancas —, pois se trata aí de inequívocas posições de classe média. Entre os empregados especialistas, outra parte do universo das posições de classe média assalariada, a participação das mulheres, da ordem de 39,3% — com 32,0% de mulheres brancas —, ultrapassa o patamar da sua presença entre as posições inscritas na tipologia. Essas duas situações, mas particularmente a situação encontrada no interior dos empregados especialistas, refletem o acesso feminino — das mulheres brancas, bem entendido —, menos desfavorável, ao controle de ativos de qualificação.

A presença feminina se faz significativa entre os trabalhadores qualificados (43,4%, sendo 31,3% de mulheres brancas), que possuem certo nível de controle sobre qualificações escassas e formam uma parte fronteira “ampliada” da classe trabalhadora. Essa participação mais incrementada das mulheres se deve ao fato dos grupos ocupacionais mais “feminizados” de professores de 2º grau e de professores de 5ª a 8ª séries do 1º grau representarem, em conjunto, 25,2% dos trabalhadores qualificados.

Entre os auto-empregados descapitalizados, que encarnam formas de trabalho precário, a inserção masculina decai para 57,1%. Repete-se aqui, de modo invertido, um padrão já registrado: a presença feminina é relativamente maior entre os mais destituídos de ativos de capital. Essa situação, inclusive, não pode ser atribuída ao processo de derivação das posições dos não remunerados, pois apenas 2,0% das posições de auto-empregados descapitalizados são compostas de derivações. Esse fenômeno, já mencionado, decorre da natureza da atividade e do processo de destituição desse segmento, que restringe a 9,0% dos casos a agregação de membros não remunerados do domicílio ao empreendimento.

Entre os trabalhadores proletarizados, possuem forte acento masculino particularmente o segmento de trabalhadores manuais agrícolas (87,7%) e, em menor grau, os trabalhadores manuais da indústria e dos serviços (72,7%). Não por mera coincidência, esses dois importantes segmentos da classe trabalhadora têm em comum o caráter manual do trabalho.

A supremacia numérica feminina se exerce em apenas duas posições ou segmentos de classe: as mulheres são a esmagadora maioria dos empregados domésticos (93,0%) e a ampla maioria dos trabalhadores não manuais de rotina (69,4%). Entre os empregados domésticos, 51,8% dos casos são de mulheres pardas ou negras e 41,4% de mulheres brancas. No tocante aos trabalhadores manuais de rotina, 45,8% das posições são ocupadas por mulheres brancas e 23,3% por mulheres pardas ou negras. Essa ampla maioria feminina — sobretudo de mulheres brancas — entre os trabalhadores não manuais de rotina se explica, tanto devido ao fato das professoras primárias de maternal e de 1º grau, sem especificação, conformarem 21,8% dos casos, quanto decorre igualmente da forte presença de mulheres em um conjunto amplo de ocupações não manuais de rotina, como agentes de escritório, secretárias, atendentes e caixas no comércio.

Configuração das macroposições de classe

A decomposição analítica operada na estrutura de posições de classe permite construir, através de um processo de recomposição teoricamente orientado, uma representação sintética do que seriam as grandes linhas de demarcação das macroposições de classe no Brasil de hoje, conforme pode ser vista na Tabela 2.6. Não se trata de uma nova tipologia, mas de uma derivação, por recomposição, da tipologia de posições e segmentos de classe, visando principalmente

se aproximar de uma representação das relações de classe macroestruturais. São apresentadas tanto uma configuração em que não existe a categoria de trabalhador excedente (desempregado) quanto outra configuração em que o trabalhador excedente aparece como uma categoria separada.⁹³ Na exposição desenvolvida no decorrer do texto serão priorizados os resultados da primeira configuração.

Em um primeiro momento, cabe diferenciar dicotomicamente os proprietários de ativos de capital entre um pólo empregador-capitalizado e um pólo pequeno-burguês. O pólo formado do agrupamento dos capitalistas propriamente ditos e dos pequenos empregadores mais capitalizados expressa a condição típica de controle de ativos de capital, em um "recorte" inferior em termos de grau de capitalização. O agrupamento empregador-capitalizado, assim constituído, compreende 1,8% das posições de classe dos indivíduos e 2,5% das pessoas de referência da família. Já no espectro da denominada "pequena burguesia", delimitada por aqueles que possuem capital suficiente para trabalharem para si mesmos, ficam os pequenos empregadores menos capitalizados,⁹⁴ os auto-empregados especialistas, os auto-empregados capitalizados e os conta-próprios agrícolas. Essa manifestação renovada do que foi chamado por Marx de "propriedade privada do trabalhador" — distinta da propriedade privada capitalista — atinge 19,0% das posições dos indivíduos, porém 24,4% das pessoas de referência da família.⁹⁵ Sabe-se, no entanto, que a insuficiência de capital e a frágil capacitação técnico-administrativa dos proprietários fazem com que o segmento de pequenos negócios, apesar do peso numérico significativo, seja altamente instável.⁹⁶ A reprodução da pequena burguesia depende do ritmo da acumulação, do comportamento dos mercados dominados pelo capital, enfim, da evolução da demanda agregada dos seus produtos e serviços. As diferentes fases da conjuntura podem promover ponderáveis deslocamentos entre a pequena burguesia e as formas de trabalho precário.⁹⁷

Compõem o núcleo inelástico das posições de classe média entre os empregados assalariados, os empregados especialistas, os gerentes/supervisores credenciados e a maior parte (59,0%) dos

TABELA 2.6

Distribuição das macroposições de classe dos indivíduos e das pessoas de referência da família - Brasil, 1996

Macroposições	Indivíduos		Pessoas de referência da família	
	Configurações em %		Configurações em %	
Empregador-capitalizado	1,8	1,6	2,5	2,4
Pequena burguesia	19,0	17,5	24,4	23,4
Classe média assalariada	4,0	3,7	4,8	4,6
Classe trabalhadora ampliada	52,7	48,4	51,0	48,8
Auto-emprego precário	14,7	13,5	13,4	12,8
Trabalhador doméstico	7,8	7,2	3,9	3,7
Trabalhador excedente	-	8,1	-	4,2
T O T A L	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE - IBGE. PNAD 1996 em Microdados. Dados expandidos.

gerentes/supervisores não credenciados. Wright fala em localizações de classe média compreendendo todos os tipos de gerentes (mesmo sem qualificação) e de especialistas (mesmo sem exercício de autoridade), mais os supervisores qualificados.⁹⁸ Os assalariados de classe média representam 4,0% das posições de classe dos indivíduos e 4,8% das pessoas de referência da família. No universo dos empregados assalariados, correspondem a 6,2% dos indivíduos e a 8,1% das pessoas de referência da família. Cabe esclarecer que a noção de posições de classe média assalariada — distinta da pequena

burguesia — diz respeito à existência no sistema de classes de “localizações privilegiadas de apropriação” do produto social e não de assalariados cujas condições de vida sejam “médias” ou que se situem nos decis intermediários da distribuição de renda. A solução implementada se assenta na perspectiva de que o exercício de autoridade e o controle de ativos de qualificação representam as bases fundamentais de diferenciação de classe entre os assalariados. Esta solução considera que, no contexto social do país, os fatores diferenciadores associados às condições de emprego dos trabalhadores não manuais de escritório, vendas e serviços pessoais, dos técnicos e dos professores de 1º e 2º graus não romperiam as fronteiras da classe trabalhadora ampliada. Estudos comparativos internacionais de Wright — que não são diretamente comparáveis com a presente investigação — indicam que a localização ampliada de classe média gerente-especialista forma em torno de 13-15,0% de todos os empregados nos Estados Unidos, Noruega, Canadá, Reino Unido e Japão.⁹⁹ Os resultados apresentados aqui mostram uma incidência restrita das posições de classe média assalariada particularmente ao serem consideradas as posições dos indivíduos, despertando a questão de uma eventual subestimação dos seus efetivos. Wright demonstra com dados comparativos que as escolhas operacionais — mais restritivas ou expansivas — podem gerar diferenças substanciais entre as configurações de conjunto das distribuições de classe.¹⁰⁰ Levando em conta o critério ocupacional formal, a PNAD parece não subestimar o número de gerentes/supervisores, conforme já foi exposto. Entretanto, o exercício de poder estratégico e de autoridade sobre a força de trabalho, conforme mensurados pela estratégia operacional preconizada por Wright, não é devidamente captado apenas pela posição formal na hierarquia gerencial. Isso significa que a denominação ocupacional subestima a posição de gerente/supervisor.¹⁰¹ Já a constituição da categoria de especialista ficou em certa medida circunscrita às profissões credenciadas. Esta solução implica em um aumento da posição de trabalhador qualificado e, nesse sentido, da classe trabalhadora ampliada.¹⁰² Além disso, poder-se-ia considerar insuficiente basear a caracterização das posições de classe média assalariada

fundamentalmente no exercício de autoridade e no controle de ativos de qualificação. Em uma interpretação alternativa, traduzida aqui em uma terminologia neoweberiana, outros fatores determinantes da situação de mercado de trabalho e da situação de trabalho deveriam ser levados em conta. Lockwood argumenta que, considerando a situação dos trabalhadores burocráticos, não ser da classe média não é a mesma coisa que ser da classe trabalhadora. Em determinados aspectos socialmente relevantes, os funcionários (*clerks*) continuam se distinguindo dos trabalhadores manuais. Em uma análise comparativa dos EUA e Inglaterra, Devine discorda da tese de que as fileiras da classe trabalhadora teriam sido dilatadas pela inclusão dos trabalhadores de “colarinho-branco” de menor nível, pois as posições de classe dos funcionários de rotina continuariam distintas dos trabalhadores manuais.¹⁰³ Cabe enfatizar que os pesquisadores da tradição neoweberiana não agregam o conjunto dos trabalhadores não manuais ao núcleo das posições de classe média. A solução distintiva dessa tradição de pesquisa consiste em considerar a existência de um estrato intermediário entre a classe gerencial-profissional e a classe trabalhadora. Goldthorpe vai distinguir três categorias representativas de uma forma intermediária de regulação da relação de emprego: uma categoria de empregos não manuais de rotina de maior grau na administração e no comércio; de empregos não manuais de rotina de menor grau; e de técnicos de menor grau e supervisores do trabalho manual.¹⁰⁴ Restaria, então, a questão de definir qual a posição que polariza tais formas intermediárias de regulação da relação de emprego. Os empregos não manuais de maior grau são aproximados do núcleo gerencial-especialista; os empregos não manuais de menor grau, quando ocupados por mulheres, são aproximados dos trabalhadores manuais não ou semiquificados; e os técnicos de menor grau e supervisores do trabalho manual são aproximados dos trabalhadores manuais qualificados.¹⁰⁵

Diante desses problemas teóricos e operacionais, seria interessante estimar as posições de classe média em termos de um intervalo entre uma solução restritiva e uma expansiva. A solução operacional

expansiva deve levar em conta um tratamento mais amplo da dimensão de controle de ativos de qualificação e a contemplação de determinadas condições de emprego, diferenciadas no âmbito do trabalho não manual.¹⁰⁶ Os empregos que encarnam, de forma

TABELA 2.7

Solução alternativa de distribuição das macroposições de classe dos indivíduos e das pessoas de referência da família - Brasil, 1996

Macroposições	Indivíduos		Pessoas de referência da família	
	Configurações em %		Configurações em %	
Empregador-capitalizado	1,8	1,6	2,5	2,4
Pequena burguesia	19,0	17,5	24,4	23,4
Classe média assalariada	6,6	6,1	7,4	7,1
Classe trabalhadora ampliada	50,1	46,0	48,4	46,3
Auto-emprego precário	14,7	13,5	13,4	12,8
Trabalhador doméstico	7,8	7,2	3,9	3,7
Trabalhador excedente	-	8,1	-	4,2
T O T A L	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE - IBGE. PNAD 1996 em Microdados. Dados expandidos.

inequívoca, as posições gerenciais e profissionais podem ser considerados como o núcleo das posições de classe média, ao qual se agregariam outras situações de controle de ativos de qualificação e de emprego não manual mais graduado.¹⁰⁷

A Tabela 2.7 apresenta o resultado dessa estratégia operacional expansiva de mensuração dos empregos assalariados de classe média. Na solução alternativa apresentada, a classe média assalariada ampliada corresponde a 6,6% das posições de classe dos indivíduos e a 7,4% das posições das pessoas de referência da família. No universo dos empregados assalariados, equivale a 10,3% dos indivíduos e a 12,4% das pessoas de referência da família, o que representa uma incidência bem próxima da faixa de 13-15,0% considerada por Wright para um conjunto de cinco países desenvolvidos.

Ao enfrentar essa problemática, cabe considerar-se a dimensão relativamente restrita das posições de classe média assalariada, expressa na primeira solução operacional, reflete a realidade, ainda que de modo aproximado, e pode ser explicada. Indicações analíticas preciosas emanam da literatura internacional sobre os processos contemporâneos de reestruturação das classes médias. Savage et al. alertam que o desenvolvimento, no capitalismo contemporâneo, de uma série de inovações sociais e técnicas têm feito com que as firmas usem menos a mão visível das hierarquias gerenciais, em particular as formas de gerência média, e recorram mais aos mecanismos de mercado. As firmas capitalistas dependem cada vez menos das hierarquias organizacionais, para muitas das suas atividades. Os padrões de carreira dos empregados de classe média, baseados em mercados de trabalho internos, são solapados. O poder isolado dos ativos organizacionais de gerar benefícios é severamente questionado. Nesse contexto, os gerentes buscam crescentemente formas de conversão da sua posição gerencial em ativos mais valiosos. Usam sua experiência gerencial como um trampolim para uma carreira de empreendedor, visando maximizar ativos de propriedade. As estratégias de conversão de ativos envolvem igualmente o deslocamento para o auto-emprego. O movimento de gerentes no sentido do "profissionalismo", entendido como a posse de ativos de qualificação com uma base cognitiva independente, parece ser menos viável que as tentativas de conversão de ativos organizacionais em ativos de propriedade. Os pequenos negócios assumem uma nova importância, através da infusão dos gerentes e como provedores de

serviços especializados para as grandes companhias. No tocante ao "profissionalismo", a questão crucial diz respeito à análise de como os ativos culturais são aplicados em contextos particulares, visando propiciar recompensas privilegiadas. A perícia profissional dos assalariados sempre tem que ser aplicada a contextos específicos, através de "projetos organizacionais". O poder profissional não vem sendo propriamente minado, mas talvez esteja se inserindo em um novo tipo de "projeto organizacional". No geral, o uso dos ativos culturais tem se expandido.¹⁰⁸

Crompton considera que a expansão do emprego não manual vem se caracterizando por uma extrema heterogeneidade. Um dos traços do sistema de estratificação do capitalismo industrial é o "desenvolvimento contínuo de uma formação heterogênea de classes médias".¹⁰⁹ Registra-se a emergência de uma grande variedade de grupos ocupacionais, cujo traço comum está no fato de *não* serem trabalhadores manuais. A externalização de parcelas das atividades das "firmas flexíveis", ao afetar as hierarquias gerenciais, tem ocasionado o declínio das estruturas burocráticas de carreira das classes médias. A direção e o alcance das transformações realçariam, na conclusão desconcertante de Crompton, o quanto são infrutíferas as tentativas de "especificar uma localização teórica precisa das fragmentadas classes médias dentro da estrutura de empregos/ocupações".¹¹⁰

Na literatura nacional já surgem dados e reflexões acerca dos processos de destruição e/ou reorganização dos empregos de classe média. Análise do impacto da reestruturação das empresas no mercado formal de trabalho, no intervalo de 1989 a 1994 em São Paulo, mostra uma retração global de 19,0% das ocupações de classe média. O enxugamento foi mais intenso entre os gerentes (37,0%), chefes e técnicos administrativos (41,0%) e chefes e supervisores de fabricação (40,0%). O emprego de profissionais de nível superior na área técnica também sofre cortes (16,4%). A alta direção das empresas passou por encolhimento significativo, ainda que menor, de 17,0% para os diretores e 22,0% para os assessores. Os dados revelam que o encolhimento relativo mais acentuado dos empregos formais atingiu sobretudo os empregos mais graduados de classe média.

Entretanto, Quadros recusa uma visão "sombria" da evolução dos empregos de classe média e sugere que parte desses desligados esteja migrando, via terceirização de tarefas, para empreendimentos autônomos ou micro e pequenos negócios.¹¹¹ Singer observa que no Brasil, a "nova pobreza", de surgimento mais recente, vinculada à precarização dos empregos e perda de direitos,

atinge fundamentalmente a classe média, sob a forma de menor demanda por força de trabalho com qualificações tradicionais e, sobretudo, de redução muito violenta da remuneração real desse tipo de trabalhador.¹¹²

As transformações econômicas em curso, argumentam Silva e Chinelli, se apoiam sobre (e produzem) um quadro de superfluidez do trabalho, em um contexto marcante de seletividade e competição. Os processos de terceirização, flexibilização e informalização vêm atingindo os empregos de classe média. O engajamento em atividades alternativas ao trabalho assalariado combinam atitudes *defensivas* (face à possibilidade de mobilidade descendente) e atitudes ativas de *preferência* pelo trabalho independente, a depender do volume de recursos (econômicos ou não) e expectativas dos agentes. A terceirização implica simultaneamente precarização e desassalariamento, ainda que não proletarização. O processo de "informalização" das relações de trabalho conjuga o afastamento de aspectos do regime de assalariamento e a criação de espaços produtivos que não participam organicamente do mercado de trabalho, ainda que dele dependam.¹¹³ A consideração de processos vinculados às especificidades nacionais sugere que o peso mais reduzido das posições de classe média assalariada na sociedade brasileira se articula com a dimensão pronunciada da pequena burguesia no país, que se destaca como o principal estrato intermediário entre o trabalho e o capital, e com a ocorrência elevada de formas de auto-emprego precário e de trabalho doméstico, devido ao seu efeito na composição geral das posições de classe.¹¹⁴ O padrão altamente concentrado de distribuição de renda no país — que faz com que nas últimas duas décadas 10,0% dos mais ricos se apropriem de quase 48,0% e os 20,0% mais ricos de quase 68,0% da

renda pessoal disponível — reforça a hipótese de uma certa atrofia das localizações privilegiadas de classe na sociedade brasileira.¹¹⁵

De acordo com os critérios aplicados na Tabela 2.6, a classe trabalhadora ampliada é formada pelos trabalhadores não-gerentes e não qualificados, os trabalhadores qualificados e uma parte minoritária (41,0%) dos gerentes/supervisores não credenciados. Representa 52,7% das posições de classe dos indivíduos e 51,0% das pessoas de referência da família. A classe trabalhadora assalariada vinculada às formas de trabalho coletivo na produção capitalista ou no aparelho estatal compõe uma estreita maioria numérica na estrutura social. Esta maioria absoluta cai para 48,4% quando se apresenta uma solução mais expansiva na mensuração das posições de classe média assalariada e se toma como unidade de análise a posição da pessoa de referência da família (Tabela 2.7). Os processos excludentes que se manifestam nos elevados contingentes de trabalhadores desempregados e de auto-empregados precarizados contribuem significativamente para o rebaixamento do peso do trabalho assalariado. O que quer dizer também que a condição de maioria social da classe trabalhadora ampliada se estabelece, de forma mais clara, com a consideração dos trabalhadores excedentes (desempregados) e o cômputo dos trabalhadores submetidos à exploração, em relações de assalariamento degradadas ou disfarçadas sob a condição formal de atividade autônoma (ver discussão que se segue). Ao contrário do que tinha sido registrado antes para as posições de classe média, os resultados apresentados são mais compatíveis com os estudos comparativos internacionais de Wright, nos quais a classe trabalhadora ampliada forma entre 55-60,0% da força de trabalho nos países mais desenvolvidos.¹¹⁶

Mantidas as suas especificidades, os auto-empregados descapitalizados não agrícolas e os trabalhadores na produção para o próprio consumo — que conformam 14,7% das posições dos indivíduos e 13,4% das pessoas de referência da família — encarnam as formas de auto-emprego precário. Integram o segmento os auto-empregados possuidores de uma capacidade de trabalho simples, cujas atividades dependem de recursos diminutos de giro do negócio ou

de instrumentos elementares de execução do trabalho, os trabalhadores submetidos a formas degradadas de trabalho assalariado, os desempregados disfarçados que se alimentam de sobras do produto social e os produtores de subsistência excluídos do mercado. Ainda que desprovidos de ativos de capital, com a atividade econômica se desenvolvendo em um quadro provavelmente de “informalização” e de incerteza das transações, compõe esse segmento uma minoria remediada de auto-empregados dotados de qualificações¹¹⁷ e de auto-empregados que se aproveitam de “nichos” favoráveis no tecido de relações, demandas e fluxos do espaço urbano. Nesta última situação estão os auto-empregados que fazem de parte do próprio domicílio (ou do domicílio do sócio) o “estabelecimento” de um micro-emprego, contando com algum nível de “vantagem locacional” no espaço urbano.¹¹⁸

A PNAD não levanta dados sobre os contra-próprios que prestam serviços a empresas e, de modo particular, subordinados a uma só empresa ou pessoa, de forma a permitir uma estimativa dos “assalariados disfarçados” sob a condição formal de autônomos. Pesquisa sobre o mercado de trabalho no Brasil, apoiada em tabulações especiais do Censo Demográfico de 1970, já alertava para essa situação, ao estudar a estrutura do emprego e as diferenciações salariais entre os trabalhadores.¹¹⁹ As estimativas desses “contra-próprios subordinados” consideravam basicamente os efetivos dos grupos ocupacionais de costureiras, bordadeiras e cerzadeiras, considerados como manifestações de trabalho subcontratado por unidades industriais, e de vendedores ambulantes que receberiam por “comissão” sob a venda de produtos como sorvetes, comestíveis etc.¹²⁰ De lá para cá, a implementação da política de terceirização de atividades deve ter elevado esse contingente de “assalariados disfarçados” encoberto na categoria de contra-própria. Manifestação dessa natureza tem sido apontada em países capitalistas adiantados, configurando o fenômeno de uma “classe trabalhadora expandida, se bem que de uma forma disfarçada”.¹²¹ A literatura sobre as novas tendências nas economias capitalistas adiantadas sugere que parte do crescimento do

auto-emprego pode decorrer de estratégias dos empregadores de contratar trabalhadores sob novos sistemas, não traduzindo uma verdadeira expansão da categoria.¹²² Os dados da PNAD não permitem realizar uma estimativa quantitativa dos assalariados disfarçados, mas cabe destacar alguns indicadores que ajudam a formar uma imagem dos contornos desse fenômeno. Parece revelador que ocorra justamente entre os auto-empregados descapitalizados uma incidência muito elevada — 45,4%, a maior frequência na tipologia segmentada — de atividades de natureza industrial transformativa. Por sua vez, nesse setor econômico, em torno de 90,0% das ocupações — que são parte expressiva do conjunto do segmento — se vinculam a atividades de construção civil e de confecções, onde justamente se revela expressiva a ocorrência de expedientes típicos de disfarce da relação de assalariamento subjacente: contratação por períodos determinados ou por empreitada, subcontratação de trabalho em domicílio por produção, ocorrendo ou não, em ambas as situações, a presença de intermediários. A desarticulação do sistema de financiamento da habitação e a estagnação das obras públicas têm golpeado fortemente o emprego formal na construção civil.¹²³ Os trabalhadores expulsos do mercado formal são compelidos a se sujeitarem às formas precarizadas de emprego. Além disso, nos serviços distributivos, que correspondem a 29,0% da categoria, encontram-se vendedores diretos ou representantes de vendas “autônomos” cuja forma de renda equivale a uma variante de “salário por comissão” sobre o produto vendido.

Distintas soluções interpretativas são dadas para a complexa questão dos fatores determinantes da reprodução das formas típicas de auto-emprego precário. Paul Singer analisa a conformação de amplas parcelas do setor autônomo em países como o Brasil através da noção de “força de trabalho excedente”. Entre os fatores determinantes do emprego no conjunto do setor autônomo estão as atividades pouco penetradas pelas empresas capitalistas, as atividades satélites da economia capitalista e as atividades de produtividade ínfima. As atividades autônomas de ínfima produtividade, que se mantêm devido à sub-remuneração dos fatores de produção, são

responsáveis pela maior parte do emprego no setor. O setor autônomo tende a empregar a força de trabalho excedente que não consegue se inserir na economia capitalista e nas atividades governamentais. Fruto da política das empresas capitalistas de substituição dos vínculos empregatícios pela compra de “serviços”, formam-se também os falsos autônomos, na verdade subassalariados, que vendem a sua força de trabalho por períodos determinados, como os trabalhadores volantes na agricultura e os trabalhadores na construção civil arrematados por empreiteiros. O trabalho autônomo encobre igualmente as manifestações de desemprego disfarçado — situação intermediária entre o desemprego aberto e a inatividade — enfrentadas pelos indivíduos que vivem, na prática, das sobras do excedente social.¹²⁴

Ao realçar a condição de “trabalho socialmente útil” da atividade por conta-própria, Prandi critica “as categorias conceituais de marginalidade”. Contrapõe-se, ainda que sem uma referência explícita, à noção de “força de trabalho excedente”. Considera que duas condições fundamentais devem ser atendidas para que os trabalhadores por conta-própria existam e sobrevivam. Primeiro, os trabalhadores devem estar em condições de produzir para o mercado com base na propriedade dos seus próprios meios de produção. Segundo, seria preciso que os produtos e serviços fossem socialmente necessários, o que implica em serem adquiridos no mercado. Entretanto, nessa ótica centrada no produtor com suficiente capital e inserido no mercado, se vê obrigado a lamentar a existência de “certos tipos de trabalho por conta-própria para os quais é difícil encontrar uma explicação razoável”, se limitando a ponderar que “certas modalidades de ocupações autônomas nada mais são que formas diferentes do lumpemproletariado moderno”.¹²⁵

Mingione considera que as múltiplas transformações contemporâneas na estratificação social são difíceis de interpretar pois são sustentadas por condições de socialização largamente diferenciadas e uma moldagem mutável de divisões de classe em torno de muitas linhas diferentes. O ponto crucial no debate contemporâneo consiste no equilíbrio mutável e complexo entre segmentos do núcleo da

classe trabalhadora, numericamente declinante, e uma área extremamente diversificada da classe trabalhadora periférica, que se justapõe e compete com uma considerável e renovada população excedente espalhada pelo mundo inteiro. Nos países menos desenvolvidos, o setor informal como um todo não pode ser reduzido a uma simples classe, pois predomina uma acentuada heterogeneidade dos aspectos qualitativos das estratégias de sobrevivência e modos de vida.¹²⁶

A abordagem centrada na noção de "articulação estrutural" considera inadequados ou insuficientes aqueles enfoques em que o setor informal seria conformado por atividades de sobrevivência em que se engaja uma força de trabalho excedente. Esse tipo de noção deixaria pouco espaço para a análise das interconexões entre as atividades informais e o restante da economia. A economia informal seria mais que a simples tradução de trabalho excedente em atividades de sobrevivência. Sua diversidade envolve atividades de subsistência direta, atividades informais subordinadas à produção e comercialização no setor formal e empresas informais autônomas, com tecnologia moderna e alguma capacidade para acumulação de capital. A concepção de economia informal está atenta para a heterogeneidade de posições de classe no interior do setor informal, que decorre da diversidade de modos de articulação entre as atividades reguladas e as não reguladas.¹²⁷ Castells e Portes buscam em um enfoque tipicamente "institucionalista" uma maior consistência teórica para noção de economia informal. A característica central dessa economia se manifesta no fato de ser um processo gerador de renda não regulado pelas instituições da sociedade, em um ambiente legal e social em que atividades similares são reguladas. A regulação institucionalizada diz respeito à intervenção explícita e ativa do Estado no processo das atividades geradoras de renda, à base de um conjunto impositivo de regras legais. A ausência de regulação institucional na economia informal se aplica ao *status do trabalho* e às *condições de trabalho*, além de envolver, por parte de certas firmas da economia formal, a adoção de uma *forma particular de gerenciamento* do trabalho. Existe uma conexão sistêmica entre o setor informal e a economia formal, de sorte que aquele representa um componente integral das

economias nacionais. O trabalho depreciado (*down-graded labor*) representa a marca específica dos trabalhadores no setor informal. Essa vulnerabilidade não é produzida aleatoriamente, pois se concentra em certos grupos sociais sujeitos a discriminação. Essa nova forma de controle do trabalho se desenvolve sob os auspícios da tolerância do Estado. Ao contribuir para a descolektivização do processo de trabalho, mina o poder do trabalho organizado em todas as esferas. A informalização incrementa a heterogeneidade das condições de trabalho e, desse modo, das condições sociais. Formam-se tantas mediações que se quebra a correspondência entre a experiência de trabalho e a emergência de posições de classe estratégicas. Reforça-se a existência de certos grupos específicos, que não se associam com linhas estáveis de classe. Nesse quadro, as classes se definem mais pelas suas lutas que por sua estrutura.¹²⁸ Em uma linha construída também a partir de pressupostos institucionalistas, Hugon considera que as pequenas atividades urbanas são organizadas e estruturadas socialmente, ainda quando a sua organização não se remeta aos códigos e regras oficiais. Ao permitirem a satisfação de necessidades fundamentais não cobertas pelos sistemas oficiais, corresponderiam a uma "especificidade dos modos de regulação das sociedades subdesenvolvidas".¹²⁹ Em um contraponto inspirado na ótica estruturalista, cabe ponderar que, em países como o Brasil, a exclusão das regulações formais ou a vigência de modos de regulação informais é fortemente condicionada por fatores econômicos, notadamente a exclusão das principais fontes de renda — ou ativos economicamente relevantes, na terminologia de Wright — que formam a chamada economia formal.¹³⁰

Um enfoque que enfatiza a dimensão econômica da permanência estrutural do setor informal recorre à noção de "pequena produção", em que a natureza do empreendimento se sobrepõe aos critérios de renda e ausência de regulamentação estatal. A pequena produção se caracteriza pela dimensão diminuta do "capital" e a remuneração derivada do mercado de produtos. A constituição do empreendimento depende da inexistência de barreiras à entrada no mercado. O que favorece a constituição da atividade, no entanto,

limita a possibilidade de expansão através da formação de excedente e da contratação de trabalho assalariado. A pequena produção mantém-se recorrendo à oferta de produtos de qualidade diferenciada (artesanal), às redes de relações próximas com uma clientela conhecida e à estratégia adaptativa de sub-remuneração dos fatores. A demanda que alimenta a pequena produção vem de um fluxo de renda originário do setor formal. O nexo estrutural entre ambos os setores faz com que o setor informal seja uma espécie de "colchão amortecedor" dos efeitos do ciclo econômico sobre o setor formal. O impulso teórico de buscar um conceito unificador, no entanto, faz com que os autores desvalorizem a captação de certas diferenciações relevantes no universo do auto-emprego.¹³¹ Uma outra abordagem que se apóia em pressupostos semelhantes, porém realçando a heterogeneidade da composição do setor informal, trabalha a idéia da natureza dinâmica, subordinada e intersticial do setor informal. Os movimentos da produção capitalista dominante, o comportamento da demanda e os perfis de distribuição de renda transformam incessantemente as atividades do setor informal. Existe um espaço econômico permanente, ainda que intersticial, que vincula o setor informal à reprodução de conjunto da economia capitalista. A manutenção de um fluxo intersetorial de renda, mediatizado por atividades e mecanismos diversos, constitui o principal elo estrutural entre ambos os setores, o que faz com que a renda média do setor informal dependa da evolução do pólo formal dominante. A racionalidade econômica é comandada pela maximização da renda corrente, a reprodução do produtor e a manutenção da atividade. O setor comportaria um espectro altamente diferenciado de inserções ocupacionais, condições de trabalho e níveis de renda.¹³² Tal interpretação fornece indicações interessantes sobre os condicionantes globais presentes na articulação entre os setores informal e capitalista, mas ao ficar por demais presa à idéia de heterogeneidade do setor informal, não ajuda a delimitar a emergência de posições sociais, ou seja, de condições e mecanismos comuns geradores de efeitos.

A noção desenvolvida por Wright de "opressão econômica" permite pensar a especificidade do processo de exclusão social vivido

por dois segmentos submetidos a formas de auto-emprego precário: os *desempregados disfarçados* e os *trabalhadores na produção para o próprio consumo*. Nos processos de exploração, o bem-estar material e o poder econômico do explorador depende causalmente da sua capacidade de se apropriar dos frutos do trabalho do explorado.¹³³ O explorador depende, desse modo, não meramente da privação do explorado, mas tem também interesse na atividade produtiva e no esforço do explorado. Nas situações de opressão econômica, no entanto, o bem-estar da classe oprimida depende apenas da privação material do oprimido e, então, da sua capacidade de proteger seus próprios direitos de propriedade.¹³⁴ A reelaboração teórica da noção de "subclasse", proposta por Wright, ajuda a lançar luz sobre parte das situações de exclusão e destituição sociais encontradas entre os indivíduos inseridos em formas de trabalho precário. Desenvolvendo a distinção entre exploração e opressão econômica, o autor define a subclasse como uma categoria de agentes sociais que é oprimida economicamente mas não consistentemente explorada dentro de um determinado sistema de classes. Em grande parte da história humana e, mesmo hoje, em muitos países, a exclusão do acesso à terra representou a marca essencial da condição da subclasse. Nos países capitalistas desenvolvidos, o predicado da subclasse é a destituição ou inutilização do valor econômico da própria força de trabalho. Negam-se a esses trabalhadores o acesso a ativos economicamente relevantes,¹³⁵ de modo particular o acesso aos meios necessários para adquirir qualificações necessárias para fazer a sua força de trabalho vendável. A capacidade de trabalho controlada fisicamente pela pessoa cessa de ter valor econômico por não conseguir ser mais produtivamente empregada.¹³⁶

É preciso considerar as especificidades da formação histórica e dos padrões atuais de desenvolvimento agrícola no Brasil para entender os condicionantes e a natureza do trabalho de autoconsumo no mundo rural. Paul Singer caracteriza a constituição histórica na economia de países como o Brasil de um setor de subsistência, distinto do autônomo, formado pelas unidades cuja produção se destina predominantemente ao consumo dos próprios produtores.

O seu traço característico é a possibilidade de prescindir dos produtos do mercado, sem que a sua subsistência básica seja afetada. O setor é essencialmente rural, devido ao seu caráter de subsistência auto-suficiente. Quando a produtividade do trabalho se revela bem inferior ao consumo médio do trabalhador e sua família, manifesta-se uma das modalidades de "desemprego disfarçado". Os efeitos profundos e repentinos das mudanças tecnológicas sobre o volume do emprego, ao aumentarem o contingente que têm que subsistir em uma base territorial agricultável cada vez mais exígua, podem levar ao aparecimento de uma verdadeira "massa marginal" no campo.¹³⁷ Ao longo do processo de desenvolvimento no Brasil foi se formando um excedente de população rural e a modernização capitalista foi incapaz de realocar a força de trabalho tornada supérflua pelo progresso tecnológico. A persistência desse velho problema, agravado por novas tendências, se reflete no fato de 35,0% da PEA na agricultura brasileira, em 1995, ser composta de subempregados. A quase totalidade desse subemprego está concentrada nas formas familiares de trabalho, ou seja, contra-própria, não remunerado e autoconsumo.¹³⁸ A realidade contemporânea vem assistindo à constituição de uma agricultura cujo ritmo e dinâmica dependem, cada vez mais, do conjunto da economia nacional ao qual se encontra fortemente articulada. Formaram-se cadeias produtivas integradas verticalmente sob o comando dos complexos agroindustriais. O modelo de desenvolvimento agrícola em curso no país segue uma trajetória fortemente excludente, pois os complexos agroindustriais vêm impondo uma grande seletividade nas principais cadeias produtivas. Ao ficarem à margem dessa nova dinâmica da agricultura brasileira importantes segmentos de agricultores, quando ainda mantêm papel produtivo, se confinam à produção para o autoconsumo.¹³⁹ A PNAD não fornece mais dados sobre as condições em que se exercem as atividades do "trabalhador na produção para o próprio consumo", afora as características apontadas na definição da categoria.¹⁴⁰ O crescimento, especialmente da atividade de tempo parcial (até 14 horas) entre os trabalhadores de autoconsumo, faz com que se relativize muito a idéia de que podem ser considerados economicamente ativos, como outros trabalhadores quaisquer.¹⁴¹ Supõe-se que tal trabalhador tenha alguma

forma de acesso aos recursos naturais, particularmente à terra, ainda que bastante precária, e/ou que a precariedade esteja inscrita na própria força de trabalho depauperada. Tudo indica que o acesso aos recursos naturais, mesmo que garanta a sobrevivência física, muitas vezes em um quadro de dramática penúria, se realiza em condições tão precárias que, no sentido econômico, se vive um processo de exclusão de "ativos economicamente relevantes", ou seja, de recursos produtivos geradores de renda.

A exposição desenvolvida até aqui da configuração das grandes linhas macroestruturais de classe enseja algumas considerações finais. O núcleo capitalista forma uma ínfima minoria numérica.¹⁴² O registro é significativo, pois indica que a propriedade de ativos de capital, mesmo em uma escala restrita, é apanágio de uma fração muito diminuta da população ocupada. Todavia, em termos comparativos internacionais, esse resultado deve ser contextualizado, pois a ampliação da noção de trabalho promovida pela PNAD — que possui o mérito de captar as formas de auto-emprego precário — gera um "efeito de composição" que rebaixa o peso de outros agrupamentos, a exemplo dos empregadores. A limitação quantitativa dos "capitalistas" nacionais reflete também o fato de uma parte fundamental das unidades de produção e distribuição, em países como o Brasil, estar nas mãos de proprietários estrangeiros ou empresas estatais.¹⁴³ A formação de um agrupamento ampliado empregador-capitalizado, visando delimitar por contraposição a pequena burguesia típica, com a inclusão de empregadores cujos empreendimentos possuem "estabelecimento" e de 3 a 10 empregados, estende a incidência a um limite máximo, registrado entre as pessoas de referência da família, de 2,5% das posições de classe. A força do capital, naturalmente, não está no seu número. Os levantamentos de dados da natureza da PNAD, centrados na estrutura do emprego, não permitem aferir o grau de concentração e a dimensão do poder econômico do capital, pois o mesmo adquire a forma de propriedade capitalista institucional e, nesse mundo corporativo, destaca-se muitas vezes o papel das empresas multinacionais, controladas por não-residentes no país de atuação.¹⁴⁴

A dimensão da pequena burguesia aparece no estudo como uma característica significativa da estrutura de posições de classe no país. Singer tinha diagnosticado um processo de forte expansão da pequena burguesia, entre 1960-1976, vinculado particularmente à aceleração da acumulação capitalista no Brasil a partir de 1968.¹⁴⁵ O conjunto da população ocupada — ou seja, empregador, mão-de-obra familiar e empregados — no segmento de pequenas empresas na América Latina elevou a sua participação na PEA total de 15,0%, em 1980, para 21,0%, ao final da década. A maior parte (70,0%) do segmento de pequenas empresas se compõe de microempresas com até cinco empregados. O que lhe dá, cabe acrescentar, uma certa feição pequeno-burguesa. Entretanto, o seu crescimento decorre de fenômenos de origens variadas, desaconselhando a atribuição de um caráter estrutural a essa nova tendência na ocupação.¹⁴⁶ No contexto econômico-social nacional, entre 1980 e os dias de hoje, diferente em vários aspectos da época do “milagre econômico”, cabe investigar detidamente os fatores e mecanismos subjacentes à reprodução contínua dessa forma de propriedade e atividade econômica. Em termos comparativos internacionais, parte importante dessa dimensão se explica devido ao peso importante do componente setorial agrícola no Brasil e, dentro desse setor, do produtor camponês, de sorte que 50,8% dessa pequena burguesia está em atividades agrícolas.

O peso restrito da macroposição de classe média assalariada motivou um esforço interpretativo especial. O delineamento do perfil característico dos assalariados de classe média é um empreendimento intelectual complexo e que tem impacto na mensuração dos seus efetivos. A análise temporal das transformações, ao aferir ou não, algum processo de “encolhimento” dessa categoria, de sentido destrutivo ou “reorganizativo” das posições de emprego, pode fornecer preciosas indicações. Entretanto, ao considerar a presença de “estratos intermediários” entre os pólos de capital e trabalho, não resta dúvida que se está lidando, no Brasil, principalmente com o setor de pequena burguesia, no sentido tradicional do termo, e não

tanto com assalariados em posições privilegiadas de apropriação do produto social.

A explicação da formação histórica e da reprodução contínua das formas de auto-emprego precário representa uma complexa questão teórico-metodológica. A noção de que os padrões de desenvolvimento excludente produzem uma população trabalhadora excedente tem o mérito de realçar o componente estrutural do fenômeno, mas não explica o momento de reinserção ou articulação sob formas precarizadas com a economia abrangente. A dinâmica constitutiva do conjunto do auto-emprego pressupõe a existência de possibilidades de entrada no mercado de produtos e serviços. Quanto menores as barreiras de entrada maiores serão, em contrapartida, a concorrência entre iguais e os limites colocados à expansão futura da atividade. A reprodução do auto-emprego se vincula aos espaços intersticiais que se mantêm abertos e aos fluxos de renda originários da economia capitalista dominante. A produção das formas de auto-emprego precárias depende da dimensão da população trabalhadora excedente, do perfil e da força da demanda agregada originária do setor dominante e dos processos de exclusão do controle de ativos economicamente relevantes.

Destituídos de ativos de capital ou mesmo constringidos por formas dramáticas de exclusão econômico-social, os integrantes da classe trabalhadora ampliada e os ocupados no auto-emprego precário configuram, no país, uma ampla maioria social composta de 75,2% dos indivíduos e 68,3% das pessoas de referência da família. Percebe-se que as transformações em curso no país vêm projetando importantes transformações reestruturativas, realocativas e excludentes das posições ocupadas pela força de trabalho humana na divisão social e técnica do trabalho, que demandam uma análise de certa amplitude temporal.